



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Reunião Externa	Nº: 1538/13	DATA: 23/09/2013
INÍCIO: 19h27min	TÉRMINO: 23h25min	DURAÇÃO: 03h58min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h56min	PÁGINAS: 92	QUARTOS: 48

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

WANDERLEY DALLAS - Presidente da Comissão dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.
ABDALA FRAXE - Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.
MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Secretária-Executiva da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania do Amazonas.
REBECA DE MENDONÇA LIMA - Juíza Titular da Coordenadoria da Infância e da Juventude e do Juizado Especial da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.
RENATO ALMEIDA SOUTO - Membro do Conselho do Movimento Nacional de Direitos Humanos — Regional Amazônia I.
WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Amazonas.
CLÁUDIA MARIA LIMA BASTOS - Delegada de Polícia Civil do Estado do Amazonas.
BENJAMIN AFFONSO NETO - Superintendente do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Amazonas.
ELIANA HAYDEN - Coordenadora do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil - PAIR.
KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Psicóloga da Delegacia Especializada de Assistência e Proteção à Criança e ao Adolescente da Polícia Civil do Estado do Amazonas — DEAPCA-AM.

SUMÁRIO: Debates sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado do Amazonas.

OBSERVAÇÕES

Reunião externa realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.



A SRA. COORDENADORA (Conceição Sampaio) - Boa noite a todos e a todas.

Declaro aberta a reunião da CPI - Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes que está sendo realizada nesta Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Quero neste momento já agradecer às Deputadas Federais aqui presentes, à Presidenta da CPI, Deputada Erika Kokay; à Relatora da CPI, Deputada Lilliam Sá, e aos Deputados que já estão compondo a Mesa: Deputado Luiz Castro, Deputado José Ricardo, Deputado Wanderley Dallas e Deputado Sidney Leite.

Convido, também, para compor a Mesa o Deputado José Ricardo.

Convido neste momento a compor a Mesa o Exmo. Sr. Wesley Sirlam Lima Aguiar, Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos. *(Palmas.)*

Convido, também, o Deputado Wanderley Dallas, Presidente da Comissão da Criança e Adolescente deste Poder. *(Palmas.)*

Convido a Exma. Sra. Maria das Graças Soares Prola, Secretária Executiva de Assistência Social e Cidadania. *(Palmas.)*

Convido a Exma. Sra. Dra. Rebeca Mendonça Lima, juíza, representando neste ato o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. *(Palmas.)*

Convido o Sr. Benjamin Affonso Neto, Chefe do 3º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal do Estado do Amazonas. *(Palmas.)*

Convido o Sr. Dr. Henrique Brasil Couto Batista, Delegado de Polícia Civil, representando neste ato a Secretaria de Segurança Pública. *(Palmas.)*

Convido o Sr. Renato Souto, conselheiro representando neste ato o Movimento Nacional de Direitos Humanos da Região Norte. *(Palmas.)*

Composta a Mesa, eu gostaria, em nome do Presidente desta Casa, primeiro, agradecer e dar boas-vindas às nossas Deputadas Federais. Quero lembrar a importância desse trabalho desta CPI, para que nós tenhamos a possibilidade de salvar a nossa infância brasileira.

Então, ao repassar a Presidência destes trabalhos à Deputada Federal Erika Kokay, mais uma vez quero registrar, em nome do povo do Amazonas, a nossa acolhida e os nossos agradecimentos. *(Pausa.)*



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Gostaria de desejar uma boa-noite para cada uma e cada um de vocês que estão aqui conosco, saudar muito fraternalmente os que compõem a Mesa, os membros desta Mesa, e dizer que é uma alegria para a CPI estar aqui para poder desenvolver este trabalho no Estado do Amazonas.

Eu queria, de antemão, agradecer ao Presidente desta Assembleia, Deputado Josué Neto, que autorizou e tem ofertado recursos humanos e materiais necessários para os trabalhos desta CPI. Quero dizer que o Presidente Josué Neto está aqui muito bem representado pela nossa Vice-Presidente da Assembleia, a Deputada Conceição Sampaio.

A CPI tem lidado com muita dor — muita dor — e tem dialogado com muita dor, com o sentimento de que a nossa infância tem sido roubada no dia a dia, cotidianamente neste País. Nós temos ido a vários Estados, a várias Unidades da Federação, e temos percebido dois aspectos que precisam ser superados. Nós temos uma sensação de impunidade que é muito intensa e que corrói todo o Estado Democrático de Direito. A impunidade traz, carrega dentro de si dois elementos que são extremamente corrosivos, do ponto de vista da construção cidadã e da necessidade que este País tem de fazer o luto do colonialismo, da escravidão e da ditadura. E, quando digo fazer o luto do colonialismo, é porque o Brasil quando foi repartido em tiras e entregue aos amigos do rei, aqueles que se sentiam donos da terra, também se sentiam donos das crianças, também se sentiam donos das mulheres e donos dos trabalhadores.

E nós temos essa sensação de impunidade, que provoca uma naturalização do que não é natural, porque exploração sexual de crianças e adolescentes é reafirmar uma cadeia de vitimização. Crianças e adolescentes que são empurradas, via de regra, para situação de exploração sexual pela pobreza, que abrem mão do seu corpo, e o seu corpo já não lhe pertence, a sua vida já não lhe pertence, são revitimizadas, são novamente revitimizadas quando a sua fala — e falamos de várias formas — não é escutada. E são por uma última vez vitimizadas quando são culpabilizadas pela situação que as vitima.

Então, portanto, é preciso que nós entendamos que essa cadeia de vitimização, que concentra uma série de desigualdades e discriminações, precisa



ser rompida. Ela precisa ser rompida a partir do rasgar o manto da impunidade que este País vivencia, porque esse não é um processo natural.

Quando digo que concentra várias discriminações é porque ali nós vamos perceber a discriminação de gênero; nós vamos perceber a discriminação a partir da desigualdade social; a discriminação étnica — Em São Gabriel da Cachoeira, são as nossas meninas indígenas que estão sendo vítimas da exploração sexual —; e nós vamos perceber uma lógica adultocêntrica, que é desigualdade etária que tira da criança e do adolescente a condição de serem sujeitos, e sujeitos de direito, como diz a nossa legislação e nosso Estatuto da Criança e do Adolescente.

Então, portanto, é preciso romper essa sensação de impunidade. Por isso, nós estamos fazendo essa discussão em Coari, mas não queremos fazê-la só em Coari. Nós queremos fazer a discussão do rompimento e da necessidade de romper a impunidade em todos os lugares e em todos os cantos deste País, porque a impunidade provoca medo. Ela provoca medo e ela apequena o senso de justiça. Ela apequena, ela cria um sentimento aporético de ausência de poros daqueles que querem denunciar, mas acham que a denúncia não vai se refletir num processo de culpabilização ou de responsabilização dos culpados.

E quando nós falamos de impunidade, nós estamos falando não apenas do Poder Judiciário, mas é preciso que tenhamos boas polícias e polícias técnicas e polícias especializadas fortes o suficiente para produzirem fortes e robustos inquéritos que possam provocar denúncias e que possam se traduzir em processos com boa tramitação judicial. Mas nós estamos falando de uma série de poderes para que nós possamos fazer valer o que está na nossa legislação, que diz que criança e adolescente é prioridade absoluta. Isso não deve caber apenas para o Executivo que, via de regra, não o reconhece, não reconhece a prioridade de crianças e adolescentes, que não é questão de futuro, é questão de presente.

Mas é preciso que nós possamos fazer com que o Judiciário entenda como prioridade absoluta, que o Legislativo entenda como prioridade absoluta, que o Ministério Público entenda como prioridade absoluta. E nós queremos, também, discutir o atendimento das vítimas, porque, via de regra, o atendimento é precário e não possibilita que essas meninas e esses meninos possam ressignificar a sua vida e possam interromper a trajetória de exploração sexual.



Eu me lembro da fala de uma menina em Natal que dizia: *“a minha vida acabou; a minha vida acabou porque eu já não sou pura”*. E essa menina... primeiro, não tinha caminhado um único passo, o inquérito de apuração dos responsáveis. E ela tinha feito, tinha sido feita a denúncia a 2 anos atrás. E segundo: ela não tinha tido qualquer tipo de atendimento para dizer que ela não era culpada pelo que fizeram com ela, mas que ela tinha que se organizar, como diz Sartre, que é preciso que a gente dê conta do que fizeram conosco, do que sobrou, do que fizeram conosco, para que a gente possa nos recompor na nossa plenitude.

Então, portanto, são os desafios dessa CPI. Para além disso, nós temos o desafio de trabalhar e preparar o Brasil para os grandes eventos. E preparar o Brasil para os grandes eventos não significa dotar o Brasil de uma infraestrutura aeroportuária, ou hoteleira, mas proteger nossas crianças e nossos adolescentes.

Nós precisamos assegurar que haja um novo marco regulatório para a construção das grandes obras. Nós falamos de licenciamento socioambiental, mas a questão ambiental engole a questão social, e nós não temos dúvida de que as grandes obras recrudescem a situação de exploração sexual. Nós percebemos e constatamos isso em inúmeras audiências públicas que esta CPI já fez. Nos canteiros das grandes obras, onde são derramados milhares de homens sem qualquer tipo de vínculos, nós temos o aumento de casos de estupros, inegavelmente, e o aumento da gravidez precoce. E nós temos, após as grandes obras, que se transformam de eldorados em um processo de violação de direitos, o rastro da violação dos direitos das nossas crianças e dos nossos adolescentes. É um tema que a CPI precisa estar trabalhando. Por isso nós estamos aqui.

Nós estamos aqui para fazer um diagnóstico da situação de exploração sexual de crianças e adolescentes do Estado, mas também para fazer um diagnóstico de quais são os mecanismos que o Estado tem desenvolvido para enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes, se há ou não há um plano de enfrentamento, porque, para ser efetivo, tem que ser intersetorial. As políticas públicas ou se engancham umas nas outras, ou elas perdem a eficácia e perdem a qualidade. Precisamos ter um plano de enfrentamento à exploração sexual, e precisamos acompanhar o seu nível de execução orçamentária, a sua dotação orçamentária, o nível de execução orçamentária e o nível da qualidade das políticas



que são desenvolvidas, a partir desse plano, como o eixo, ou como uma rota a ser perseguida. Por isso nós precisamos tirar um diagnóstico do Estado do Amazonas. E nós só podemos fazê-lo se tivermos essa pluralidade de várias representações do poder público, ao mesmo tempo representações da sociedade civil, para que nós possamos dizer a quantas anda o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado do Amazonas.

Nós temos nos dedicado, de forma emblemática, mas não vamos reduzir a nossa atuação no Estado ao caso de Coari. Mas nós já estivemos pela segunda vez em Coari, já colhemos uma série de depoimentos em Coari, e nós sentimos, de uma forma tão concreta, que às vezes temos a impressão de que é possível cortar com uma faca essa sensação de impunidade, que precisa ser rompida, em nome do direito das nossas crianças e dos nossos adolescentes. E, por mais que ameacem, ou que tentem intimidar a CPI, esta CPI não vai se intimidar. Não vai se intimidar porque tem noção exata da responsabilidade que ela carrega no que diz respeito à construção de patamares diferenciados dessa condição de utilizar as crianças como se fossem coisas, de utilizar os adolescentes como se fossem coisas, e roubar a infância e roubar a adolescência. Esta CPI não vai se intimidar. E nós vamos até o fim na investigação do caso de Coari e nos outros casos que estão em curso neste Estado do Amazonas. Nós vamos até o fim, para apresentar para a sociedade uma conclusão em que não fique nenhum rasto de dúvida acerca da culpabilidade ou não daqueles que estão envolvidos. Não se pode, não se pode, impunemente, provocar um escárnio à nossa democracia, que ainda está em construção, posto que não é um pacote pronto, e posto que é fundamental para a construção nossa enquanto seres humanos, inclusive. Não se pode, sob pena de se estar cometendo um escárnio, como disse, à nossa democracia e à nossa construção cidadã, tripudiar, ameaçar ou intimidar o trabalho desta CPI, que não se intimidará, que não se vergará às ameaças e que não irá deixar de perseguir o seu objetivo de oferecer à sociedade um trabalho, um relatório que aponte, com avanço substancial das condições, para que nós possamos enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes.



Recentemente, nós estivemos em um Estado do Brasil onde havia uma denúncia de exploração sexual de um ex-Deputado, e que estava em contato permanente com as supostas vítimas.

Nós conseguimos sensibilizar os Poderes, particularmente o Poder Judiciário, o Ministério Público, e nós conseguimos a sua prisão preventiva, para que ele não pudesse intimidar, intimidar as supostas vítimas e contaminar o processo de apuração.

Por isso nós estamos dando, de forma muito clara, um recado a quem quer que seja: que não terá sucesso qualquer tipo de tentativa de intimidar esta CPI. Falo em nome de todos os membros, como Presidenta desta CPI, e tenho absoluta certeza de que a Deputada Liliam Sá, que é Relatora desta CPI, tem esse mesmo compromisso. Nós vamos apurar o que tem que ser apurado. E nós vamos concluir esta CPI com a responsabilização dos que têm que ser responsabilizados, e o avanço substancial, para que nós possamos ter políticas públicas para interromper a saga de crianças que têm, todos os dias, a infância dilacerada. (*Palmas.*)

Eu vou encerrar com Betinho, quando diz que quando a gente não consegue ver em uma criança uma criança é porque ela foi vítima de tantas violações que a gente só consegue ver o que fizeram com ela. Pois nós queremos tirar dos escombros da desigualdade, da violação de direitos, dos escombros das casas grandes e senzalas que são, de forma teimosa, inaceitável, reeditadas tantas vezes neste País, os fiapos de vida para construir um amanhã diferente para cada uma e cada um de nós, valorizando nossas crianças e os nossos adolescentes.

E, com essas palavras, nós vamos dar prosseguimento a esta audiência pública, esperando que daqui nós possamos traçar os diagnósticos necessários. Quero também dizer que, ao não termos todos os dados, nós vamos solicitar aos Poderes que aqui estão representados que possam remetê-los, posteriormente, para a CPI. Se aqui não forem suficientes as informações dos diversos órgãos públicos, nós vamos solicitar que as informações sejam remetidas, posteriormente, à CPI.

E eu passo, para que a gente possa... Eu quero... Eu passo agora, para que nós possamos dar continuidade aos nossos trabalhos, ao autor do requerimento que propôs a realização desta audiência pública aqui na Assembleia Legislativa. Eu passo, então, a palavra... E tenho que aqui ser honesta o suficiente para dizer da



contribuição do mandato do Deputado Luiz Castro na construção desta CPI, na sua sensibilidade, na contribuição, na generosidade com que tem recebido esta CPI e tem acolhido os pleitos necessários para o seu funcionamento aqui no Estado do Amazonas.

Por isso, passo, com muita alegria, a palavra para o Deputado Luiz Castro, que é autor da proposição de realização desta audiência pública.

O SR. LUIZ CASTRO - Deputada Erika Kokay, Presidenta da CPI; Deputada Liliam Sá, Relatora da CPI; Deputada Conceição; Deputado Zé Ricardo; Deputado Wanderley Dallas; Deputado Sidney; Deputado Abdala; Renato, do Movimento Nacional dos Direitos Humanos; Dr. Wesley, Secretário de Justiça; Dra. Graça, Secretária de Ação Social; Subsecretária. Eu peço desculpas à nossa querida juíza, Dra. Rebeca, dedicada à causa da defesa jurídica, da tutela jurídica das crianças e adolescentes.

Quero saudar todos aqui presentes e dizer da nossa satisfação de poder recebê-las.

Eu vou ser muito breve, porque o importante agora é a oitiva que tenhamos de cada um que foi aqui convidado pela CPI. E, ao mesmo tempo, Deputada Erika e Deputada Liliam, quero agradecer a V.Exas. pelo empenho geral na questão da pedofilia e da exploração sexual de criança e adolescente, e, de maneira específica, em relação ao caso do Coari, que é emblemático para todos nós, pela impunidade que até então vicejou em relação aos episódios de exploração sexual de crianças e adolescentes daquele Município. Nós sabemos que não é apenas em Coari, mas o episódio de Coari talvez seja aquele que mais nos escandaliza, porque é o poder constituído que está presente associando corrupção e prática de pedofilia.

Eu quero dizer, Deputada Erika, que concordamos integralmente com a sua visão, com a visão que a senhora e a Deputada Liliam têm imprimido a esta CPI. A nossa equipe de trabalho está à sua disposição para as tarefas que vão continuar ao longo das próximas semanas.

Queremos agradecer à Deputada Erika e à Deputada Liliam Sá por estarem aqui trazendo essa luz de esperança. Duas mulheres corajosas, decididas, que definiram um caminho para o enfrentamento dessa violência, que é uma indignidade em qualquer sociedade, em especial, na sociedade brasileira.



Estamos juntos. E fico por aqui porque é importante ouvir a sociedade civil, ouvir as pessoas que estão aqui e têm compromisso com a defesa da dignidade das crianças e adolescentes do Amazonas.

Muito obrigado. Parabéns a todos aqui. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigado, Deputado Luiz Castro.

Passo agora a palavra para o Deputado Wanderley Dallas, da Assembleia Legislativa. Ele é o Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O SR. WANDERLEY DALLAS - Exma. Sra. Deputada Conceição Sampaio, 3ª Vice-Presidente desta Casa, representando aqui nosso Presidente, Deputado Josué Neto; Exma. Sra. Deputada Erika Kokay, Presidente da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Exma. Sra. Deputada Liliam Sá, Relatora da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Exmo. Sr. Deputado Luiz Castro, meu colega, autor desta propositura que vem no momento certo; Exmo. Sr. e meu colega também Sidney Leite, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa; Exmo. Sr. Wesley Sirlam Lima Aguiar, Secretário de Estado de Justiça de Direitos Humanos — tive o prazer de tê-lo numa reunião como esta de menor porte no Município de Manacapuru —; Exmo. Sr. Deputado José Ricardo, nosso amigo que, neste momento, é meu colega na Comissão que presido, a da Criança e do Adolescente, é uma pessoa que luta sempre pelo direito deles; Exma. Sra. Dra. Rebeca de Mendonça Lima, juíza, representando, neste momento, o Tribunal de Justiça do nosso Estado; Exma. Sra. Maria das Graças Soares Prola, Secretária Executiva de Assistência Social e Cidadania; Sr. Renato Souto, conselheiro, representando neste ato o Movimento Nacional dos Direitos Humanos da Região Norte; Sr. Benjamim Affonso Neto, chefe do 3º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal do Estado do Amazonas; Dr. Henrique Brasil Couto Batista, Delegado de Polícia Civil, representando neste ato a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas.

Senhoras e senhores, é com muito prazer que participo desta reunião como Presidente da Comissão dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes aqui desta Casa. Temos algumas proposições de leis, em que tentamos minimizar o sofrimento



e a dor dessas crianças, dos jovens e adolescentes. Sabemos que existem no nosso próprio Estado algumas dificuldades. Uma delas, Deputada, num dia desses, disse aqui da tribuna desta Casa. Por exemplo, fiz algumas reuniões com algumas entidades aqui, e uma coisa que eu tento e estou lutando para que melhore o atendimento aqui no nosso Estado. Uma criança, por exemplo, que foi abusada sexualmente e teve que ir para o hospital, e no hospital teve que fazer uma cirurgia, e, quando voltou para a delegacia, já tinha passado o flagrante.

Então, existe um pedido nosso para que se centralize algum tipo de atendimento, para que não possam acontecer coisas como essa. A pessoa, o bandido, aquela pessoa que praticou a violência, fugiu do flagrante. Ações como essa não podem acontecer. E a gente que lida dia a dia com crianças e adolescentes tem que facilitar esse tipo de trabalho, para que seja centralizado algum tipo de atendimento tanto médico como também judicial e, ao mesmo tempo, polícia, para que essas crianças possam ter os seus direitos, que elas possam lutar para que essas pessoas que praticam violência realmente sejam alcançadas pela Justiça. Uma das coisas que me chamou a atenção foi um exemplo que uma mãe nos deu em uma dessas reuniões, que foi isso.

Então, eu fico feliz por estar recebendo esta Comissão, vinda da Câmara Federal, que foi pedida pelo nosso amigo, Deputado Luiz Castro. Eu tenho certeza de que vai trazer algum benefício para o jovem, a criança e o adolescente de nosso Estado. Então, são essas as minhas palavras, dando boas-vindas a vocês, que estão fazendo esta audiência junto conosco, e dizendo que podem contar com a Comissão dos Direitos das Crianças, do Jovem e Adolescentes, para que juntos possamos, Deputada Conceição Sampaio, minimizar o sofrimento e a dor de famílias e de crianças que sofrem.

Muito obrigado. São essas as minhas palavras. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigado, Deputado Wanderley Dallas. A sugestão, seguramente, a nossa Relatora está anotando, que é uma política semelhante ao que já está em curso pelo Governo Federal no atendimento das mulheres vítimas de violência, que é a centralização de todos os serviços. É uma excelente ideia, e, com certeza, a CPI irá considerá-la.



Passo a palavra agora ao Exmo. Sr. Deputado Sidney Leite, que é Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa.

O SR. SIDNEY LEITE - Obrigado. Quero saudar a Deputada Federal Erika Kokay. Seja bem-vinda a esta Casa. Quero saudar a Deputada Federal Liliam Sá, que é Relatora desta CPI; saudar minha colega que neste ato representa o Presidente Josué Neto, a Deputada Conceição Sampaio, que tem uma luta muito grande envolvendo as causas sociais da mulher e da família; saudar o meu colega e parabenizar o sempre atuante Deputado Luiz Castro, que é o autor dessa propositura; Deputado Wanderley Dallas; Deputado José Ricardo; Dra. Rebeca, que representa o Judiciário amazonense; Dr. Wesley, delegado.

Enfim, quero aqui também dar uma contribuição. Nós temos alguns desafios no Estado. O Estado do Amazonas é muito grande. V.Exas. vieram de Coari. Um é que nós pudéssemos ter a presença maior, inclusive da Delegacia da Mulher, Deputada Conceição, pelo menos nas grandes calhas. A Deputada Erika colocava — e eu também presido os assuntos indígenas nesta Casa — algo que aconteceu em São Gabriel da Cachoeira, esse fato que aconteceu em São José da Cachoeira. A maior população indígena da Federação está aqui no Amazonas.

E eu corroboro com a sua fala das discriminações que hoje a gente padece. Eu dizia, um dia desses, que as populações indígenas deste Estado padeceram num tempo não tão distante, quando do processo da dita colonização, e hoje padecem pela ausência de políticas públicas. E isso tem criado um transtorno muito grande.

A outra sugestão é de que nós pudéssemos dotar inclusive a Polícia Técnica do Estado do Amazonas de maior estrutura — e aqui temos um representante da Secretaria de Segurança. Eu visitei essa estrutura, Deputado Dallas, recentemente, e faltam condições necessárias até para identificar, muitas vezes, o material coletado. Essa estrutura fica, Deputada Conceição, lá no IML. Então, é preciso dotá-la de maior logística.

Nós apresentamos um requerimento nesta Casa, para que, nas cidades-polos do Estado, nós tivéssemos essa estrutura da Polícia Técnica, porque nós não temos. Então, muitas vezes, eu conversava com os profissionais daqui do local. Aqui ainda se recolhe o sêmen e há algo que me deixou surpreso: uma incidência muito alta de violência contra meninos também. Muitas vezes, se fala da menina, de



crianças, mas há um índice muito alto de violência contra meninos. E muitas vezes não se tem a estrutura necessária para que se possa fazer esse devido trabalho.

Então, nós estamos até marcando uma reunião com o Chefe da Casa Civil, no sentido de sensibilizá-lo não só sobre essa questão, mas sobre outras, mais a questão do interior — o Deputado Luiz Castro, que veio de uma região lá do Alto do Juruá, que é uma região muito distante, muito isolada —, para que a gente possa ter a garantia e a presença do poder público, do Estado de forma homogênea.

No mais, eu quero parabenizar a atuação desta CPI e dizer, Deputada, que aqueles que se incomodam é porque querem gozar do direito da impunidade. E não é isso que nós defendemos aqui, neste Parlamento e nesta Casa. E quero parabenizar a atuação das senhoras. Nós acompanhamos, pela mídia local e pela mídia nacional, esse trabalho, que, com certeza, se reflete em todo o nosso Estado. E eu não tenho dúvida de que uma ação importante é essa interação, porque não basta só a vontade, o comprometimento do Deputado Luiz Castro, das duas Deputadas, mas também a interação do Poder Judiciário, do poder público estadual, desta Casa, para somarem esforços juntamente com outras instituições — aqui está a Dra. Graça Prola, que é uma incansável lutadora também na área da assistência social —, para que a gente possa dotar a estrutura do Estado de condições para atender essas vítimas, mas também para desenvolver um trabalho de qualidade.

Era isso que eu tinha a dizer. Meu muito obrigado, uma boa noite e sucesso. Espero que possamos dar a nossa contribuição aqui nesta audiência pública.
(*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Queremos agradecer ao Deputado Sidney.

Eu gostaria de registrar que a Sra. Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro, que é Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos da cidade de Manaus, justificou a sua ausência. Ela foi convidada, justificou a sua ausência e enviou como representante a Sra. Gecilda Albano Peçanha, que é Diretora do Departamento de Proteção Social Especial.

E eu gostaria também de chamar para compor a Mesa o Deputado Abdala Fraxe, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. É um prazer tê-lo aqui, Deputado.



Queria que o senhor nos ajudasse nos trabalhos de condução desta Mesa Diretora (*palmas*), fazendo parte dela.

E passo a palavra, neste momento, ao Deputado José Ricardo.

O SR. JOSÉ RICARDO - Tem que falar daqui mesmo, não é? A gente se acostuma a falar ali da tribuna. Então, boa noite a todos e a todas. Quero saudar a Deputada Federal Erika Kokay e também a Deputada Federal Liliam Sá. E, em nome das duas, eu saúdo toda a Mesa, que já foi muito bem mencionada pelos outros colegas, e todos os presentes aqui.

Eu considero muito importante a presença da CPI aqui no Estado do Amazonas, por razões já colocadas aí, de situações concretas que estão sendo investigadas, em Coari e São Gabriel da Cachoeira — não sei se tem outras situações aqui de Manaus ou de outros Municípios.

Eu acredito que, com essa presença da CPI, com essa disposição... Ouvindo agora a Deputada Erika Kokay falando em não se preocupar com intimidação, não aceitar, de ir até o fim, de apurar o que tem que ser apurado, eu acho que isso cria também um ambiente de confiança para que as pessoas, com mais coragem, possam também denunciar. Eu acredito que deve haver outras situações, e, às vezes, as pessoas se sentem meio acuadas, não têm um ambiente, às vezes não sabem como ou estão preocupadas, ou há ameaças, e aí acabam se retraindo.

Então, a presença da CPI, tendo esse espaço, e a Assembleia Legislativa também participando e se interessando, eu vejo que não é muito comum ter o Presidente da Comissão de Direitos Humanos aqui, a Comissão da Criança e Adolescente, a Comissão de Educação e outras aqui presentes. Estou até surpreso porque hoje nós temos essas presenças. Eu acredito que isso significa compromisso desses Deputados por esta causa. Nós estamos fazendo esse registro aqui, e precisamos realmente de mais vozes nesse aspecto.

Mas, Deputadas, eu quero enfatizar o que todo o mundo sabe: nós tivemos tantos avanços no Brasil, com o Estatuto da Criança e Adolescente; os Conselhos Tutelares; certas estruturações; esse trabalho de rede com as várias instituições. Mas parece que tudo esbarra ainda em deficiências efetivas ou talvez até de vontade política, para garantir a estrutura para que tudo funcione no combate à pedofilia, no combate à exploração sexual de criança.



E aqui, como Deputado Estadual, Deputadas, a gente não pode deixar de mencionar a péssima estrutura no Estado, em relação ao combate à exploração sexual. As estruturas são precárias porque não há prioridade financeira. Eu acho que a CPI tem que apontar isso, e imagino que em outros Estados também.

Quando eu digo que não tem vontade política, isso é representado através do orçamento de Secretarias importantes, mas que não têm recursos suficientes. Não é colocado isso como prioridade. Eu vejo a Secretaria de Assistência Social, eu vejo a própria Secretaria de Justiça e Cidadania, que precisaria de muito mais.

É só a gente observar as estruturas que existem em relação aos menores infratores, aos adolescentes infratores, É só verificar a lentidão em determinados inquéritos e a lentidão para haver justiça, para se apurarem e para se julgarem questões dessa natureza, a demora. É só verificar a demora para que recursos públicos saiam para as entidades da sociedade civil, que, até hoje, não receberam um tostão ainda deste ano. Mas o Estado encaminha para as instituições religiosas e sociais, para que essas instituições tomem conta. O Estado impõe, manda para lá, juiz manda para lá, mas não manda nenhum recurso para que essas instituições se mantenham. Esta é realidade hoje no Estado do Amazonas — hoje, neste instante. E aí, se a gente não tem uma instituição para recuperar dependente químico no Estado. Nenhuma, só promessa. Se não for a sociedade civil, você não tem nada.

Em relação ainda ao atendimento em delegacias, eu vim, agora à tarde, de Itacoatiara. Pela segunda vez neste ano, eu fui visitar delegacia de Polícia, com a Delegada Ketlen, que é responsável por crianças, adolescentes, mulheres, idosos — e eu não lembro qual é a quarta área de que ela tem que tomar conta. Deputada Conceição Sampaio, ela tem pilhas de situações lá, e uma pessoa para ajudá-la, um escrivão. É lógico que não dá. Não tem uma sala para poder fazer um atendimento a uma mulher, uma criança, um adolescente. O Conselho Tutelar estava lá, com duas pessoas, e ela não tinha nem uma sala para atender. Fomos às celas, eu e o Deputado Federal Praciano: abarrotadas de menores lá. Há algumas situações que ela preferiu nem comentar com a gente, porque precisaria ter um momento mais apropriado para falar da situação dessas pessoas presas lá.

Então, é um quadro, e lamentavelmente tenho que dizer: não há ainda um compromisso pleno do Estado em relação a essa questão. Quando eu falo do



Estado, eu me refiro ao todo, começando pelo Executivo e, é claro, as dificuldades que você tem no Ministério Público, no Judiciário e tudo mais.

Nós estamos aqui com a representação de várias instituições. Isso é bom, eu gostaria de ouvir o que realmente cada instituição está fazendo. Mas, em cima daquilo que, como responsabilidade de Deputado Estadual, a gente acompanha, dialoguei com a Pastoral do Menor no sábado, quando fui lá verificar o trabalho da Pastoral do Menor e da Pastoral da Criança. Aí já se vê um pequeno retrato de como é feito o atendimento do Estado em relação às crianças e aos adolescentes aqui do Amazonas.

Eu deixo aqui essa minha contribuição com esse olhar, porque, se a gente não cobrar do Estado que ele tenha recurso; se não tiver estrutura, não tiver vontade política, nós vamos apurar um ou outro caso. A CPI é importante, fundamental, mas, se não tiver a vontade efetiva de todas as instituições, nós vamos avançar pouco.

Era essa a nossa contribuição por ora. Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quero agradecer ao Deputado José Ricardo e passar a palavra ao Deputado Abdala Fraxe, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

O SR. ABDALA FRAXE - Exma. Sras. Deputada Federal Liliam Sá e Deputada Federal Erika Kokay, em nome das quais eu cumprimento toda a Mesa, apenas para que nós possamos dar celeridade aos nossos trabalhos, acredito que a parte mais importante e interessante desta reunião é exatamente ouvir os depoimentos das pessoas que foram convidadas ou convocadas para daqui participarem.

Nós da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania estamos à disposição também da CPI, para ajudar e colaborar da melhor maneira possível, no entendimento, para que possamos achar as soluções para esses problemas tão grandes, mas não menos desafiantes para todos nós que estamos hoje participando do setor público como um todo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou passar a palavra agora para a Secretária Executiva de Assistência Social e Cidadania — SEAS, Maria



das Graças Soares Prola, já dizendo que a senhora vai ter que se retirar antes do término desta audiência. Sinta-se à vontade.

Então, com a palavra a Sra. Maria das Graças Soares Prola, que é Secretária Executiva de Assistência Social e Cidadania.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Boa noite a todas e a todos. Eu quero saudar a Exma. Sra. Deputada Federal Liliam Sá, do Estado do Rio de Janeiro; a Deputada Federal Erika Kokay, do PT do Distrito Federal; a caríssima Deputada Conceição Sampaio; o Deputado Luiz Castro; o Deputado Sidney Leite; meu companheiro de equipe do Governo do Estado, Dr. Wesley Lima de Aguiar; Deputado Wanderley Dallas, ilustre Presidente da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente; Exmo. Sr. Deputado José Ricardo; Dra. Rebeca, Juíza da Infância e da Juventude; Renato Souto, representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos da Região Norte e Conselheiro; Benjamin Affonso Neto, Chefe do 3º Distrito Regional da Polícia Rodoviária Federal do Amazonas; Dr. Henrique Brasil Couto Batista, Delegado da Polícia Civil.

Neste ato, eu represento a Secretária de Estado de Assistência Social. Quero dizer que nós temos, sim, Deputada, um diagnóstico aqui no Estado do Amazonas, um diagnóstico que data do ano de 2005, através de um projeto passado pela sociedade civil, coordenado pela sociedade civil, através da Rede TXAI, um projeto que foi apoiado pelo UNICEF.

Nós — na época, eu trabalhava na Estação Direito, uma organização não governamental — fizemos esse diagnóstico através desse projeto financiado pelo UNICEF, não só de Manaus, mas pegando 12 Municípios de amostragem, dentre eles, alguns Municípios estratégicos, como Tabatinga; como Humaitá, que é um Município atípico em razão de que muitas meninas saem do Município e vão para Porto Velho, não vêm pra Manaus; outros Municípios, especialmente do Alto Rio Negro; e aqui o Careiro da Várzea, especialmente lá no quilômetro zero, que é o outro lado do rio.

O Projeto TXAI depois tem uma atualização maior. Eu quero dizer que a pesquisadora titular foi a Profa. Dra. Graça Barreto, da Universidade Federal do Amazonas. Depois desse diagnóstico, ele foi atualizado pela PESTRAF — Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual



Comercial no Brasil. Fui eu que coordenei essa pesquisa no Estado, e a pesquisadora titular foi a Profa. Elenise Scherer, também da Fundação Universidade do Amazonas.

Esses diagnósticos foram sempre atualizados, e nós, já com a metodologia do PAIR — Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro, trabalhamos em sete Municípios, fazendo o diagnóstico da situação de abuso e de exploração sexual de crianças e adolescentes: Tabatinga, Maués, Itacoatiara, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Presidente Figueiredo, todos esses Municípios indicados na rota de exploração sexual ou com indícios feitos pelo Mapa da Violência, cuja autora foi a Dra. Maria Fátima Leal, da Universidade Nacional de Brasília.

Todos esses instrumentos, Deputada, realmente subsidiaram a elaboração de um plano estadual que temos, elaborado desde 2008, revitalizado em 2010 e relançado no dia 18 de maio do ano de 2011, o qual vimos seguindo. E temos orçamento, sim, pelo menos na assistência social, para garantir a execução da parte que nos cabe nesse plano.

Com relação às atividades que vêm sendo desenvolvidas e os mecanismos que a senhora citava, esta audiência tem que discutir a questão e tirar basicamente duas situações: os mecanismos para enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado; e também observar a questão dos investimentos financeiros e orçamentários para o enfrentamento dessa questão.

Eu quero lhe dizer que, fazendo o retrospecto numa linha do tempo, nós lutamos e conseguimos o desmembramento de uma delegacia, chamada antes Delegacia de Menores, que desdobramos em Delegacia Especializada de Proteção a Crianças e Adolescente e Delegacia Especializada de Apuração de Atos Infracionais. Essa Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescente, lá nos anos de 2005, a partir de 2005, é que realmente faz, acompanha, investiga a questão da exploração e do abuso sexual de crianças e adolescentes.

Já no ano de 2008, houve a criação e a instalação de uma vara especializada em apuração e julgamento de crimes contra crianças, adolescentes e idosos, no âmbito do Tribunal de Justiça. É uma vara que, na verdade, vem funcionando no



sentido de garantir o julgamento desses casos. E quero lhe dizer que são poucos os casos de exploração, até mesmo no nível de denúncias, aqui neste Estado.

Nós temos executado, já na quinta edição, as campanhas anuais, sistemáticas e permanentes de combate ao abuso e à exploração sexual, com atividades informativas, atividades formativas e de prevenção, em Manaus e em dez Municípios do Estado do Amazonas, especialmente nas festas e nos eventos culturais que acontecem no âmbito desses Municípios. Todos esses Municípios estão na rota da violência, com indícios de prostituição apontados pela UnB, através da Profa. Maria Lúcia Leal.

Nós implantamos, Deputada, aqui no Estado do Amazonas, seguindo as regras da nova Política Nacional de Assistência Social, já 38 CREAS em 38 Municípios, que ofertam o serviço de atendimento e acompanhamento a meninos e meninas vítimas do abuso e da exploração sexual. Nós já temos, em sete Municípios — precisam ser revisitados, precisam ser revitalizados —, os planos municipais de enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Nós fizemos, Deputada, de 2008 a 2012, atualização da pesquisa de tráfico de crianças, adolescentes e mulheres junto à fonte oficial, que é a Polícia Federal, e encontramos duas novas rotas surgidas, Suíça e Holanda, não levando adolescentes, mas mulheres, sim, para o tráfico.

Nós fizemos, durante esse período também, Deputada, a instalação e o funcionamento já do Comitê Pró-Copa 2014, tendo como foco a prevenção e a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

Aqui em Manaus, nós já temos implantados os serviços de atendimento e acompanhamento de crianças e adolescentes, dentro de um serviço institucional emergencial de acolhimento e atendimento e também dos CREAS que hoje existem na rede de assistência social do Município.

Estamos trabalhando o aumento da cobertura do Programa Bolsa Família, através da melhor qualidade de preenchimento do Cadastro Único, que é base para a orientação de qualquer política de promoção de direitos.

Nós executamos, sim, Deputada, um programa de atenção a crianças e adolescentes de rua, sejam eles drogaditos, sejam meninas ou meninos envolvidos



na questão da exploração sexual, que é o Projeto Criança Cidadã. Assumimos esse projeto, ajudando o Município de Manaus.

Nós já implantamos o Sistema Integrado de Informação para a Infância e Adolescência junto a 100% dos Conselhos Tutelares de Manaus, e, com o apoio do Governo Federal, estaremos ampliando a implantação desse sistema para o interior, evidentemente observadas todas as dificuldades de logística e da nossa geografia, essencialmente em relação à oferta da Internet.

Nós fazemos, Deputada, eventos de formação. Recentemente executamos um evento sob a coordenação da Rede ECPAT Brasil, com apoio da Secretaria de Estado de Assistência Social, para os guias de turismo e para o *trade* turístico do Estado do Amazonas.

Eu quero lhe dizer que 100% dos Municípios deste Estado já contam com Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares.

Nós conseguimos também, mas ainda não é muito célere, rapidez na devolutiva dos resultados dos exames do Instituto Médico Legal, para garantir mais solidez nos processos que envolvem crianças e adolescentes.

É bem verdade: o Município de Itacoatiara, através do próprio Promotor de Justiça, solicitou, talvez até indevidamente, a instalação de um abrigo para menores infratores. Adolescentes infratores não se abrigam; adolescentes infratores, dependendo da gravidade do crime, cumprem medida socioeducativa em regime de internação ou de semiliberdade ou ainda de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade. Nós estamos trabalhando com Itacoatiara, em cima de dados, dizendo que o número de meninos e meninas que cometem atos infracionais de grande repercussão social ou de gravidade pessoal, que é o que a lei recomenda, não justifica a criação de uma unidade de internação. O que pode acontecer é estarem prendendo ou apreendendo indevidamente os meninos e meninas naquela localidade.

É verdade, sim: nós temos um baixo número de denúncias de crimes de exploração sexual passados aqui dentro das delegacias. A nossa análise leva a crer que as pessoas banalizam os crimes de exploração sexual, não denunciando, em razão de entenderem que a vida sexual das meninas e dos meninos, que começam



muito cedo aqui neste Estado, pode ser considerada, no imaginário popular, ou uma questão cultural ou realmente uma prática sexual ativa, dentro de uma certa naturalidade.

As comarcas sem juízes, promotores, delegados de carreira e defensores públicos ainda são efetivamente uma realidade no nosso Estado. Nós temos uma fragilidade no Sistema de Notificação Compulsória, já implantado desde abril de 2006, dentro do sistema de saúde, o que também nos leva, muitas vezes, a deixar invisível ainda essa questão da exploração sexual.

Eu quero lhe dizer que todos os esforços e os investimentos não têm sido poucos para que nós possamos, enquanto Governo do Estado, estar presentes em 100% dos Municípios amazonenses, trabalhando efetivamente essa situação.

Nós nos colocamos para debates. Muito obrigada pela oportunidade.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Posso fazer uma pergunta, por gentileza?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Claro, à vontade.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A senhora disse que precisava revitalizar o plano de enfrentamento. O que falta para ser revitalizado?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Olhe, na verdade, a revitalização ou a revisita dos planos municipais de enfrentamento... O estadual foi revisitado e revitalizado em 2011, e nós estamos executando e acompanhando. Os dos Municípios é necessário que os Conselhos Municipais tomem para si e puxem. Na verdade, é uma discussão em que o produto por si só não justifica. Mas a discussão articulada e integrada dos órgãos que promovem políticas públicas, com certeza, é o maior resultado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dra. Graça, eu gostaria que a senhora pudesse me responder o seguinte: quantos Conselhos Tutelares existem no Estado; quantos CREAS existem no Estado; quantas delegacias especializadas em proteção à criança e ao adolescente existem no Estado e como é o funcionamento? Na sua avaliação, se a estrutura — nós também podemos perguntar para o representante do Secretário de Segurança —, se a estrutura da Polícia Técnica... Portanto, quantos Conselhos Tutelares existem no Estado?



A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Nós temos, aqui em Manaus, 9; e, em cada Município do interior, 1. Então, nós temos 71 Conselhos Tutelares.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só 71 Conselhos?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - É. Nós temos 62 Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e 38 CREAS em 38 Municípios.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos Municípios não têm CREAS?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Sessenta e dois menos 38 quanto dá?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Por quê? Só tem um em Manaus?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Não, aqui em Manaus tem dois.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, não é 62 menos...

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Ah, desculpa: 68 menos 36, no caso, porque Manaus tem dois CREAS.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É o único Município que tem dois?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - É o único Município que tem dois.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos habitantes tem Manaus?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Pois não?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos habitantes tem Manaus?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Dois milhões e 835 mil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E apenas dois CREAS.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Um milhão e oitocentos e poucos mil habitantes, dois CREAS. O pessoal da Prefeitura está aqui e pode confirmar.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tem 2 CREAS; e 31 nos Municípios?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Não, CREAS: 2 em Manaus; e 36 em 36 Municípios.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E são 61 Municípios no Estado do Amazonas.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Sim, senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, há vários Municípios que não têm CREAS?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Vários Municípios que não têm. Por quê? Porque as regras da Política Nacional vão a partir do porte do Município, que é determinado pelo nível populacional. Então, até recentemente, Municípios com menos de 20 mil habitantes, que é a grande maioria aqui no Estado do Amazonas, não deveriam ter CREAS. Agora é que a regra está abrindo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A regra mudou.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - É, está mudando agora. Eu sou Conselheira Nacional de Assistência Social, e nós pactuamos recentemente, até para poder garantir uma regionalização da assistência de oferta de serviços, o que não cabe aqui para nós.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, nós precisamos, se a senhora pudesse nos fornecer, do plano de enfrentamento, da execução, da dotação orçamentária para as políticas de enfrentamento, da execução orçamentária. Em quanto está a execução orçamentária? A senhora disse que tem acompanhado a execução. Ela está em quanto hoje, no mês de setembro? Aliás, é o seu aniversário, quero lhe desejar parabéns.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Muito obrigada. Eu, na verdade, Deputada, não tenho aqui. Eu tenho os gastos com campanhas que nós fazemos nos Municípios, mas, sinceramente, eu não me preparei para trazer o orçamentado e o gasto na execução até agora. Eu posso encaminhar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora pode nos fornecer amanhã?



A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Eu posso, posso, sim, senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

Mais alguma coisa, Relatora? (*Pausa.*) Eu vou só informar que, além das pessoas que estão na Mesa, nós também convidamos para fazer uso da palavra a representante da Sra. Maria Goreth, a Sra. Gecilda; a Sra. Eliana Hayden; a Sra. Heloísa Guimarães de Andrade, que não sei se se encontra; a Sra. Cláudia Maria Lima Bastos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pede para levantar a mão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - As pessoas que estiverem podem levantar a mão? Vou chamar de novo: Sra. Gecilda; Sra. Eliana; Sra. Heloísa Guimarães. (*Pausa.*) Não está. (*Pausa.*) Sra. Cláudia Maria; Sra. Keula Taíse; Sr. Epiácio Almeida; Sr. Carlos Geraldo Duarte.

Eu queria saber se existe algum outro Conselheiro ou alguma outra Conselheira Tutelar? (*Pausa.*) Qual é o nome? Leidinalva, Sra. Leidinalva. Sra. Lucimar de Souza, do CEDECA? (*Pausa.*) Não está. Essas pessoas que estão presentes farão uso da palavra.

Vamos, então, conceder a palavra para as pessoas que estão à Mesa. Em seguida, para as pessoas que foram convidadas — sintam-se integrantes da Mesa. Já que não temos espaço para todos, podem fazer uso da palavra da tribuna. Depois nós vamos abrir a palavra por 3 minutos para cada pessoa que queira fazer uso da palavra, pessoa que aqui esteja, está certo?

Continuando...

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Deputada, só um aparte. Eu poderia me retirar, então, ou eu devo ficar para os debates?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora se sinta à vontade.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Muito obrigada.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pergunte se alguém quer fazer alguma pergunta para ela antes de ela se retirar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora se sinta à vontade. A gente só gostaria que a senhora pudesse encaminhar esses dados.



A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Com certeza.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Desejo-lhe parabéns.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ela gostaria de fazer uma pergunta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A Dra. Rebeca gostaria de fazer uma pergunta para a Dra. Graça Prola.

A SRA. REBECA DE MENDONÇA LIMA - Boa noite. Antes de cumprimentar a Mesa, eu gostaria de perguntar para a Graça se todos os Conselhos Tutelares que existem, que foram criados no interior, assim como os CRAS, efetivamente funcionam ou se foram apenas instalados, que é o que infelizmente acontece na nossa realidade. Eu quero que ela me diga se eles funcionam efetivamente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu quero complementar: tem alguma fiscalização?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Com a palavra a Dra. Graça.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Os Conselhos Tutelares, pela lei, são órgãos independentes. Só quem pode atrapalhar ou embargar qualquer decisão é o juiz, no caso, da infância e da juventude. Então, a fiscalização na verdade é feita pelos órgãos competentes da Justiça e do Ministério Público, e há uma certa, Deputada, vinculação, assim do ponto de vista não de fiscalização, mas de um certo acompanhamento, dos Conselhos Municipais, que fazem esse acompanhamento. Agora, eu quero garantir que todos, 100% dos Conselhos Tutelares foram criados por lei, estão implantados e funcionando.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Os Conselhos são autônomos, mas cabe ao Poder Executivo fornecer a estrutura para sua manutenção e funcionamento. Nós temos inclusive um projeto de lei na Câmara Federal que estabelece punição aos gestores que não concedam estrutura para o funcionamento dos Conselhos Tutelares. Então, muitas vezes, o Conselho funciona. Aqui, pelo que eu vi no relato da Dra. Graça, o SIPIA está funcionando. O SIPIA está funcionando em todos os Conselhos de forma integrada, Dra. Graça?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Não. Só Manaus. E ele é efetivamente utilizado aqui em Manaus no Conselho Tutelar da Zona Centro-Oeste. Há ainda muita resistência dos outros Conselhos em utilizá-lo. Além de tudo, tem



uma baixa questão de Internet, que é uma justificativa. Há Conselheiros aqui que podem confirmar. Nós temos um administrador estadual que faz o acompanhamento da implantação desse sistema em Manaus. É para o Estado, mas nos Municípios não tem ainda.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É porque nós temos... Veja, se o Conselho não tem estrutura de transporte, de comunicação, estrutura física e de locomoção... Porque nós tivemos uma denúncia aqui do Estado de Manaus da dificuldade de locomoção dos conselheiros. Então, os conselheiros, muitas vezes, têm dificuldades.

Por isso, a importância de você dotar os Conselhos com mais estrutura, porque a locomoção no Estado é uma locomoção muito difícil. Então, não adianta você ter um Conselho que vá abranger uma área que ele tenha dificuldade de percorrer para fazer o devido atendimento. Então, um parâmetro da importância que o Executivo dá aos Conselhos, às políticas de proteção a crianças e adolescentes, são os Conselhos, que têm que ser autônomos, obviamente, eleitos pela própria população, mas que têm que ter estrutura para funcionar, inclusive remuneração adequada. Quanto ganha um conselheiro tutelar aqui, Dra. Graça? Qual é o salário?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Olha, o salário do conselheiro tutelar estava igual, ele não podia ultrapassar o maior valor pago ao técnico do Município. Eu me lembro de que participei da elaboração da lei. Hoje, está em 3 mil reais? Três mil reais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em Manaus?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Isso, em Manaus. Eu quero lhe dizer que agora, recentemente, o Governo Federal fez um aporte de um carro, aporte de um veículo e de uma máquina de computador para cada Conselho Tutelar. Quero salientar que nós do Governo do Estado subsidiamos em 2011 cada Conselho Tutelar com uma Kombi — capital e interior — e mobiliário para melhorar as estruturas de funcionamento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, na sua avaliação, os Conselhos Tutelares têm funcionado com boa infraestrutura?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Melhorou, sim, de 3 anos para cá, com certeza.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual é o menor salário? A senhora sabe? A senhora é representante de um órgão estadual.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - É.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual é o menor salário, porque os salários são municipais? O menor salário de um conselheiro quanto é?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Três mil reais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, 3 mil reais é o salário de Manaus. Esse é o menor salário?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Não, não. Esse é de Manaus. O dos Municípios do interior eu sinceramente... Mil reais: meu colega, que é supervisor do interior, está dizendo ali. Mil reais. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Seria bom se as conselheiras e os conselheiros pudessem falar. Se não tiverem o dado agora, que possam remeter *a posteriori*.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Eu posso fazer essa verificação, viu, Deputada? E, junto com o orçamento e o plano, posso enviar para a senhora amanhã de manhã.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Outra coisa que eu gostaria de pedir para a senhora...

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Pois não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O que é feito com o Fundo Estadual da Criança e Adolescente? Como são aplicados esses recursos? A senhora tem como enviar isso para a CPI?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Eu tenho a dotação do fundo, a lei de criação e o decreto que regulamentou o Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É o Fundo Estadual que eu quero.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - O.k.

O SR. RENATO ALMEIDA SOUTO - Deputada Erika Kokay, perdão pelo uso da palavra. Renato. A questão dos Conselhos Tutelares aqui do interior do Amazonas, Deputada... E, semana passada, no dia 10, nesta mesma Assembleia,



foi realizado o Fórum Mundial de Direitos Humanos e foram doados 9 viaturas para 9 Conselhos aqui de Manaus, 45 computadores e 1 frigobar para cada Conselho. Por que, Deputada? Todos os Conselhos Tutelares do Estado do Amazonas, nenhum funciona. No *show* pirotécnico que teve em Parintins agora eu estive, uma semana antes, e o único veículo que tinha lá, uma Kombi, estava com o pneu furado e ainda se encontra com o pneu furado.

Se nós andarmos em todos os Conselhos, 100%, Deputada, nenhum tem combustível para andar, porque isso não interessa aos gestores. Na maioria dos casos, aqui no Amazonas, tem mais de 19 Prefeitos sendo cassados, processados, Deputada, pelos direitos humanos e pelo Ministério Público do Estado, através da CAO-CRIMO. Eu gostaria que o Dr. Fábio Monteiro estivesse aqui, que é o coordenador da CAO-CRIMO, processado, inclusive, por vínculo nas questões de pedofilia, porque aqui a farra do boi é imensa, Deputada, como a própria senhora já presenciou lá em Coari. (*Palmas.*)

Eu estou tendo a honra de estar acompanhando a CPI juntamente com essas duas guerreiras que estão aqui. Essas “falatórias” nós da sociedade civil estamos cansados de ouvir, Deputada! Desculpe-me a Dra. Graça Prola, que eu muito admiro pela sua luta, pela militância que a senhora tem, mas esses dados não condizem com a realidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigado, Renato, que tem contribuído muito com a nossa vinda aqui.

Tem uma denúncia em Coari — a gente chegou a colher depoimentos de conselheiros tutelares — que os Conselhos foram ampliados, foram diminuídos, de acordo com a intenção do Prefeito de ter ou não fiscalização. Isso é inadmissível, porque não pode ser uma política de existência a partir do olhar do Prefeito, até porque Luís XIV é página virada da história da humanidade, ou deveria ser, que disse “*O Estado sou Eu*”. Enfim, então nós estamos vendo isso, não apenas uma realidade aqui, mas uma realidade do Brasil inteiro, que os conselheiros tutelares passam por um crivo discricionário do Prefeito, sobre a sua importância e a necessidade de funcionamento ou não. E isso indica que não é uma política de Estado. Eu vou passar a palavra agora...

O SR. LUIZ CASTRO - Deputada Erika.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, pois não.

O SR. LUIZ CASTRO - Só confirmando o que o Renato colocou. Onde se vai no interior, eu vi na região do Juruá, os conselheiros só movimentam as kombis doadas pelo governo se eles tiram dinheiro do próprio bolso para pôr gasolina. Os Prefeitos, em regra, com algumas exceções, não garantem o funcionamento sistemático do Conselho Tutelar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É por isso que nós estamos trabalhando, e apresentamos esse projeto de lei da responsabilidade dos gestores. O Conselho aplica medida de proteção, mas quem executa a medida de proteção, via de regra, é o Executivo. Então, o conselheiro aplica a medida, mas o Executivo não dá respostas, não tem rede e, ao não ter rede... Porque outro problema também é como se consolidam as redes, porque muitas vezes o Município tem serviço, mas são serviços desarticulados, e por isso a importância dos planos, dos fóruns, que é para você articular as redes. Porque há uma incompletude institucional, e essa incompletude institucional só se supera na construção de redes que é um pouco a lógica do PAHI, que tem sido implementada.

Eu vou passar a palavra, então, à nossa representante do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas nesta audiência pública, Exma. Sra. Dra. Rebeca Mendonça Lima, juíza, que também já nos disse que terá um limite para ficar nesta audiência, tendo em vista o atraso, e nós nos desculpamos por ele, provocado no início.

Então, com a palavra a Dra. Rebeca Mendonça Lima, juíza.

E apenas dizer, Dra. Rebeca que a Relatora da CPI, pelo Regimento da Câmara, a qualquer momento pode solicitar as perguntas que achar que são necessárias e a qualquer momento ela tem a prerrogativa de utilizar a palavra, porque precisa das informações para compor o seu relatório. Então, apenas para explicar aos membros que estão fazendo uso da palavra ou que farão uso da palavra.

Então, com a palavra a Dra. Rebeca Mendonça Lima, juíza, que aqui neste ato representa o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

A SRA. REBECA MENDONÇA LIMA - Boa noite.



Eu gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa da Deputada Federal Erika Kokay e também da Relatora da CPI, Deputada Federal Liliam Sá.

É com grande prazer que eu represento aqui o Tribunal de Justiça, mas também estou aqui porque sou juíza da Infância e Juventude aqui em Manaus. Então, eu me sinto muito à vontade em falar sobre esses assuntos. Não especificamente sobre os crimes de exploração sexual, porque esses processos não tramitam na minha vara, mas sim na vara de crimes contra crianças e adolescentes e idosos. Portanto, eu não tenho, Deputada, informações específicas sobre a vara. Eu sou titular da Infância e Juventude Cível. Sou também Coordenadora da Infância e Juventude aqui no Amazonas. E eu ouvi as palavras dos que me antecederam e eu gostaria de dizer que, enquanto representante do Tribunal e também juíza, eu não posso assumir essa questão da morosidade que infelizmente é gritante hoje em dia, mas nós não podemos assumir sozinhos essa responsabilidade. Por quê? Porque nós, como o Deputado Sidney falou anteriormente, nós temos que... é preciso que o Estado tenha a sua presença efetiva nessas questões, não só aqui na capital, mas principalmente no interior.

A senhora foi a Coari, vai a São Gabriel da Cachoeira, então, vocês verão *in loco* as dificuldades que se tem para trabalhar principalmente nessas questões. Não há estrutura, não há estrutura. E é preciso aparelhar, porque nós, do Judiciário, Deputada, já recebemos o processo, o inquérito, a denúncia do Ministério Público já pronto. Mas aquilo que antecede, ou seja, inquéritos muitas vezes feitos sem a regularidade que deveriam ter até por falta de aparelhamento nas delegacias de polícia, tanto a delegacia especializada nos crimes de proteção à criança como também na delegacia de menores infratores. Essas delegacias precisam ser melhor aparelhadas, Deputada. Elas precisam de material humano, de material mesmo, bens mesmo, carros, pessoas que possam exercer seu trabalho com maior dignidade. Porque hoje em dia, infelizmente, as pessoas que trabalham nessas delegacias desempenham um trabalho guerreiro mesmo, árduo, muitas vezes até sofrendo ameaças, pressões. Isso existe. Então, elas precisam ser aparelhadas, melhor aparelhadas.

A Dra. Graça falou nos CRAS, nos CREAS, nos CAPS, mas, na realidade, na prática, quando uma criança ou uma adolescente, independente do sexo, tanto o



feminino quanto o masculino sofrem o abuso sexual, e que é encaminhada para fazer um atendimento ou acompanhamento psicossocial, esse acompanhamento deixa a desejar. Infelizmente aqui os profissionais que trabalham diretamente nessa rede de proteção podem confirmar aquilo que eu estou dizendo. E por que eu sei isso? Além de trabalhar nessa área, Deputada, nós temos ações civis públicas que o Ministério Público ajuíza nesse sentido, para que o Estado, para que o Município efetivamente instale isso, que preste esse serviço para a população. Porque a grande maioria das pessoas que sofre esse crime, são vítimas desse crime, são pessoas que não têm condições e que precisam de um acompanhamento. Esses adolescentes, essas crianças precisam de um acompanhamento psicossocial, e isso não há no Estado, infelizmente.

Quando eu digo também melhorar a estrutura, é melhorar a estrutura das varas também. Nós temos... e isso é um apelo que eu faço, porque eu sei que amanhã os senhores irão até o Tribunal de Justiça, para que dotem também as varas que trabalham... criança e adolescente é prioridade pela Constituição, não é? E que sejam dotadas as varas com aumento no quadro de psicólogas, de assistentes sociais. As profissionais que trabalham nessas varas também têm um trabalho intenso, diário, realizam sindicâncias, correm risco de vida em alguns lugares, porque vão até lugares que são zona vermelha, o acesso é difícil. Aqui em Manaus, infelizmente, e no interior também. O nosso interior é atípico. Então, nós precisamos de oficiais de justiça que trabalhem especificamente nesses processos, porque eles se perdem. Então, muitas vezes tem uma busca e apreensão, ou então tem uma medida de proteção em que o Estado precisa, nós, do Judiciário, precisamos agir com efetividade e de imediato, e isso às vezes não é possível. A decisão sai, a decisão é prolatada o mais rápido possível, mas ela não é cumprida, porque nos falta esse aparato.

Eu coloquei também aqui algumas observações: sala de depoimento, depoimento sem dano, porque é importantíssimo. E infelizmente nós não temos ainda. Há todo um planejamento, a gente sabe que há no papel, mas efetivamente também nós não temos uma sala de depoimento sem dano, e nós sabemos que isso é importante.

Bom, os oficiais de justiça...



Eu quero dizer também que a Dra. Graça falou em relação à questão dos menores infratores. No Juizado de Infância e Juventude Infracional, são realizadas cerca de 30 audiências todos os dias, inclusive às sextas-feiras. Por quê? Porque a Unidade de Internação Provisória aqui de Manaus recebe não só os infratores daqui de Manaus como também da Região Metropolitana. Então nós trabalhamos com prazo lá. Quarenta e cinco dias é o máximo que um infrator pode ficar internado. E o juiz de lá trabalha, trabalha e trabalha. E infelizmente é enxugar gelo, é enxugar gelo. E aí a gente ouve dizer que não há necessidade. Há necessidade sim. Os centros de medidas socioeducativas estão, assim como as penitenciárias... O Dr. Wesley, que está exercendo a função de Secretário de Justiça, sabe o que eu estou falando. Há essa necessidade.

Então, o que eu infelizmente tenho a dizer é que nós, do Judiciário, ficamos de mãos atadas na medida em que, quando o processo vem até nós, a gente infelizmente encontra dificuldades. Mas nós, independente disso, nós não nos acovardamos, nós sofremos pressão sim, recebemos visitas de pessoas que querem influenciar a nossa decisão sim, mas não nos acovardamos. Nós não temos medo. E aí eu falo não só por mim, Deputadas, mas também pela minha colega que é titular da vara onde tramitam esses processos de exploração sexual infantil e de adolescentes. É um trabalho rotineiro. O Ministério Público atua. Eu acharia até importante também a presença do Ministério Público aqui. Mas eu quero dizer que nós, enquanto membros do Judiciário, nós não nos deixaremos influenciar e nem intimidar. Agora, somos sujeitos também obviamente a críticas, porque a Justiça é isso. Nem sempre aquela pessoa que nos dá, nós temos aquele poder de decisão, nem sempre... um dos lados sempre vai ficar insatisfeito, não é? Então, nós temos que trabalhar juridicamente e não politicamente. Então, eu quero agradecer.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quantas, Doutora?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora pode falar ao microfone? Porque aí a gente grava. Agora, eu só queria, enquanto a Dra. Graça se dirige até o microfone, perguntar à Dra. Rebeca o seguinte: aqui tem quantas varas e quantas varas para criança vítima e para adolescente infrator?



A SRA. REBECA MENDONÇA LIMA - Existe uma vara de crimes contra crianças e adolescentes e idoso, que acumula também essa questão do idoso, que é muito grande aqui em Manaus, uma vara de crimes de infância e juventude infracional, que trata dos menores infratores, e a vara da qual eu sou a titular, que é a da infância e juventude cível.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas a especializada na criança e no adolescente não fica em Manaus, né?

A SRA. REBECA MENDONÇA LIMA - Fica, fica aqui em Manaus.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Fica onde?

A SRA. REBECA MENDONÇA LIMA - Lá no Fórum Henoch Reis.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E delegacias de proteção tem quantas?

A SRA. REBECA MENDONÇA LIMA - Tem uma de proteção à criança e adolescente. De proteção existe uma, somente uma. E uma de adolescente infrator.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Essa de proteção fica onde, em Manaus?

A SRA. REBECA MENDONÇA LIMA - Fica em Manaus, em Manaus.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E ela funciona 24 horas?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Sim.

A SRA. REBECA MENDONÇA LIMA - Aí eu não posso lhe dizer porque...

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Sim, 24 horas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vinte e quatro horas. E tem uma DCA para adolescente infrator?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Tem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem uma para adolescente infrator e uma para proteção?

A SRA. REBECA MENDONÇA LIMA - Sim, sim.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

Obrigada, Dra. Rebeca.

Eu vou passar para a Dra. Graça.



A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - É só um aparte na fala da Dra. Rebeca, dizendo que nós, do Estado do Amazonas, agora, nesta última correção de CNJ, sequer fomos citados. Sobram vagas nas unidades de internação. A nossa maior ocupação é na Unidade de Internação Provisória. Hoje mesmo, no Dagmar Feitosa, nós temos 22 adolescentes, com capacidade para 60. Lá, no Senador Raimundo Parente, na Cidade Nova, eu tenho vaga para 30, e eu estou com 15. No Marise Mendes, que é o Centro Socioeducativo de Internação Feminina, eu tenho vaga para 30 e estou com 7. Na Semiliberdade, eu tenho vaga para 20, eu estou com 12 adolescentes. Liberdade Assistida e Prestação de serviços à Comunidade temos 7 núcleos. É o maior número de meninos. E eu não tenho de cabeça o dado de hoje, porque o boletim é grande, e eu terminei me perdendo hoje durante o dia, não gravei o número de meninos em LA e PSC, que ainda somos nós que executamos. O Município de Manaus ainda não assumiu as medidas socioeducativas em meio aberto. Então, Dra. Rebeca é só para fazer um concerto.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - No Dagmar Feitosa a senhora falou que tem quantos?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Capacidade para 60, temos hoje 22 meninos.

A SRA. REBECA MENDONÇA LIMA - Eu acho muito estranhos esses números. Eu volto a dizer que nós não temos só isso de menores infratores em Manaus e nem também na Região Metropolitana.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Olha, eu estou com um mapa aqui do sistema socioeducativo mostrando que só nesse Dagmar Feitosa, em 2011, tinha 208.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Passaram por lá 208.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Internação provisória, 726.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Passaram por lá. Ele tem capacidade com 48. Hoje, ele está com 52.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Entendo.

Quantos adolescentes em conflito com a lei vocês têm hoje em Manaus?

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Vinte e dois, no Dagmar. Ah, sim, contando com a Liberdade Assistida...



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sim.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - e a Prestação de Serviços à Comunidade, que o número é maior, eu não sei lhe dizer, mas deve ter... Na internação, eu tenho sete meninas. Eu tenho 22 meninos no Dagmar e 15 meninos no Senador Raimundo Parente. São dados de hoje. Na Internação Provisória, que tem capacidade para 48, são 48 leitos, eu tenho 52 meninos. Eu posso encaminhar essa estatística de hoje amanhã de manhã, junto com todas as informações.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está bom. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora poderia encaminhar o número de adolescentes que estão em cumprimento de medida...

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Inclusive, Liberdade Assistida e PSC.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Exatamente, prestação de serviço à comunidade. Todas as medidas de forma discricionária.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Claro, pode deixar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E no que diz respeito à internação provisória, à internação estrita e à semiliberdade a senhora poderia dizer o número de vagas que existem.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Pois não. Pode deixar. Encaminharei.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nas outras, não tem como, mas na privação e na restrição de liberdade.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA - Tá. Pode deixar, Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu queria anunciar a presença, com muita alegria, da presidente da Associação das Donas de Casa do Amazonas, a Sra. Elisabete Maciel. É um prazer tê-la aqui, viu?

Eu vou, então, proceder da seguinte forma: vou passar a palavra para o Sr. Wesley; em seguida, para o Sr. Henrique e para a Delegada da Delegacia de Proteção, Dra. Cláudia Maria, para que possa fazer as complementações.

Então, passo a palavra ao Dr. Wesley Sirlam Lima de Aguiar, Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos.



O SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - Boa noite a todos.

Quero cumprimentar as Exmas. Sras. Deputadas Federais Liliam Sá, Erika Kokay e, na pessoa delas, cumprimentar todos os membros desta Mesa, em especial, o colega inspetor da Polícia Rodoviária Federal e hoje Superintendente da PRF, aqui no Estado do Amazonas, o Afonso, colega de segurança pública. Um cumprimento especial para ele.

Objetivamente, eu creio que, nessa temática, nós temos três linhas de atuação: a prevenção, a repressão e o atendimento. A Secretaria de Estado de Justiça e de Direitos Humanos atua na prevenção e no atendimento inicial. A repressão fica a cargo de órgãos de Segurança Pública como a Polícia Civil, a própria Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal. Nessa prevenção e atendimento, as atribuições são meio que concorrentes com a Secretaria de Estado de Assistência Social, como muito bem foi explicitado aqui pela Dra. Graça Prola, Secretária Executiva da SEAS. A Secretaria de Justiça cuida mais da questão do tráfico de pessoas. Então, temos lá um núcleo de enfrentamento do tráfico de pessoas. Temos também, sob a nossa coordenação, um comitê de enfrentamento que congrega várias instituições. Então, no âmbito do Estado, essa questão de criança e adolescente fica mais a cargo da SEAS. E a cargo da SEJUS, fica o tráfico de pessoas. Lógico, a criança e o adolescente também podem ser vítimas dessa prática, mas ocorre que não temos nos deparado com essa incidência. De qualquer forma, nós temos postos de atendimento humanizado, tanto na capital como no interior do Estado. E esses postos, eles estão à disposição da sociedade em geral para receber qualquer tipo de denúncia de violação de direitos humanos. Então, nada impede que, nos postos de Parintins, Coari, Manacapuru, Itacoatiara e Tabatinga, a SEJUS receba denúncias nesse sentido.

E também é importante frisar que a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, ela é a responsável, aqui no Estado, pelo Disque 100, que é o canal da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Então, nós recebemos... concentramos no Disque 100 o recebimento das denúncias, no Disque 100 aqui no Estado do Amazonas, e distribuimos para as instituições parceiras, essa rede que é bastante importante. Então, distribuimos tanto para a Polícia Federal, para a Polícia Rodoviária Federal, para a Secretaria de Segurança Pública.



Então, o que eu tinha a dizer, bem de forma resumida — estou aberto aqui aos questionamentos —, era esse papel da SEJUS, numa atribuição concorrente com a SEAS. E a Dra. Graça Prola, que tem um *Know-how* muito grande nessa área, já está há muito tempo, muito bem expôs aqui a atuação da SEAS. E fico aberto a algum questionamento, tanto dos membros da CPI como da plateia.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual é o encaminhamento que a Secretaria faz para as denúncias no Disque 100? Encaminha para o Conselho Tutelar, para o Ministério Público?

O SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - Sim. Dependendo da denúncia, nós mandamos para a Polícia Federal ou para a Polícia Civil e também, já para iniciar um atendimento, mandamos para a Secretaria Municipal de Assistência Social. Se for uma vítima do interior do Estado, mandamos para a Secretaria Municipal da respectiva Prefeitura.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas denúncias vocês receberam de violência sexual contra criança e adolescente?

O SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - Pelo Disque 100?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Disque 100.

O SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - Eu não tenho esse número, Deputada, agora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor pode me arranjar depois?

O SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - Qual o período que a senhora quer?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Os últimos 2 anos.

O SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - Tá bom.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ano a ano.

O SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - Certo. Posso levantar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E me diga... Os últimos 3 anos, ano a ano, e, se o senhor puder, não sei se o senhor tem um programa ou um sistema que aponte quais foram os encaminhamentos. O senhor tem isso?

O SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - Temos.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque...

O SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - Não um sistema, nós temos, assim, ofícios, porque...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas o senhor tem catalogado isso.

O SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - ... tem ouvidoria, como a senhora sabe, lá...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim.

O SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - ... da Secretaria de Direitos Humanos. Então, para toda denúncia que chega no Disque 100, nós temos que fazer o ciclo completo. Então, nós temos que dar um encaminhamento para aquela denúncia e também, depois, dar o retorno para a Secretaria da Presidência da República.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim. Não, é porque isso já foi, digamos assim, um avanço a partir da necessidade de ter um acompanhamento das denúncias.

Mas, enfim, você quer falar?

A SRA. LEIDINALVA DO NASCIMENTO MARTINS - Sim.

Boa noite! A pergunta é para o senhor que acabou de falar.

O SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - Pois não.

A SRA. LEIDINALVA DO NASCIMENTO MARTINS - Eu queria expor aqui...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você pode se identificar?

A SRA. LEIDINALVA DO NASCIMENTO MARTINS - Eu sou Conselheira Tutelar da Zona Centro-Oeste, Leidinalva, Coordenadora atual.

Então, assim, a nossa dificuldade, quanto ao Disque 100, é a formulação da denúncia, como ela é formulada, não é? Existem denúncias que chegam para o conselheiro, e ele tem que adivinhar: *“Ah, é uma casa verde que fica com um coqueiro na frente”*. Não tem número. Nós não somos mãe de santo para adivinhar esse tipo de denúncia. Então, assim, a gente tem que fazer, porque, depois, o Ministério Público, ele cobra a resposta. E aí a gente não tem nem o direito de reivindicar: *“Ah! a gente não foi no endereço porque não tinha o número, a rua e ponto de referência”*. Eu acho, assim, que é exigir demais do conselheiro.



E, com relação à estrutura do Conselho, a D. Graça Prola, ela está equivocada: o único Conselho que funciona o SIPIA é a Zona Oeste. Por que os demais Conselhos não funcionam? Porque nós não temos estrutura. Nós não temos nem computador. Como é que a gente vai usar o sistema, não é? Nós não temos carro. O carro, na teoria, é muito bonito, não é? Só que o carro foi entregue simbolicamente. Se eu quiser, eu ponho o carro no bolso, porque era só no papel. Então, assim, é muito fácil exigir do conselheiro que ele cumpra o seu papel, se ele não tem estrutura para isso.

Eu sei que depois eu posso até ser punida, receber represaria, mas eu estou aqui em nome de todos os conselheiros tutelares (palmas), todos os conselheiros tutelares de Manaus. Inclusive, eu quero deixar minha indignação com relação às chuvas. Os nossos Conselhos... Nós já pedimos, reivindicamos várias vezes da SEMAD: *“Olha, está chovendo mais dentro do que fora, nós não temos condições de trabalhar”*. E as pessoas fazem vista grossa. Nós vamos nas casas. Nós não temos colete, e nós somos ameaçados todos os dias. O nosso Conselho não tem segurança. Outro dia, um rapaz chegou lá me ameaçando, disse que eu ia morrer. Tá, eu posso até morrer, mas em nome das crianças. Estamos lá para garantir.

Gente, a batalha é árdua. Quem está comprometido realmente com a causa... É muito árdua a batalha. Mas a gente não pode desistir, não é, porque existe uma luz no fundo do túnel. E a gente está esperando que essa nova administração, que ela faça o seu papel, cumpra. Eu estou hoje no lugar certo, porque eu já clamei tanto, e eu não consigo. Nós... Eu, Conselheira Tutelar, com a comunidade, a Igreja e as escolas — vocês podem ver na televisão, apareceu agora, dia 20 de setembro —, eu mesma fiz uma manifestação. Eu fui nas ruas, convidei as Igrejas, as escolas, a comunidade para alertar a população como faz a denúncia, porque tem gente que tem as crianças violadas em casa, violados os seus direitos, e não sabe como denunciar. E aí deu certo, gente: muita gente foi para a rua, e hoje chove denúncia no Disque 100.

Desculpem, mas é o nosso trabalho.

Boa noite! Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Leidinalva.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ô Leidinalva, deixa eu te fazer...
Hã?

A SRA. LEIDINALVA DO NASCIMENTO MARTINS - Sim, senhora.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ela vai falar? Mas aí já falou, já, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Termina logo com ela por causa do horário.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você está inscrita para falar.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, já falou. Já?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você quer falar mais alguma coisa que você...

A SRA. LEIDINALVA DO NASCIMENTO MARTINS - Eu pediria também o fortalecimento das redes, porque a atribuição do conselheiro é atender, requisitar o serviço e acompanhar temporariamente. Só que a rede, ela está fraca. A nossa rede está cheia de buracos. Eu não sei como remendar isso aí, porque não é o meu papel. Então, assim, cobrar do conselheiro é muito fácil. O que a gente precisa também é cobrar dos que estão lá em cima, porque nós somos o peixe pequeno, gente. Nós precisamos de apoio, alguém que olhe pela nossa causa, porque é difícil. Só realmente dá continuidade quem está comprometido mesmo. Senão, muita gente desiste.

Boa-noite a todos! Desculpem.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O seu Conselho fica onde?

A SRA. LEIDINALVA DO NASCIMENTO MARTINS - Na Zona Centro-Oeste de Manaus, na Alvorada.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tá. E quantas denúncias você tem de exploração sexual e de pedofilia, vamos dizer, até... desse ano, do começo do ano, de janeiro para cá?

A SRA. LEIDINALVA DO NASCIMENTO MARTINS - Exploração sexual — eu estou com 1 ano no Conselho, fiz agora em julho — nós ainda não recebemos, não. O que tem muito é abuso, maus-tratos, negligência. Isso tem muito.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Abuso sexual entre familiar.



A SRA. LEIDINALVA DO NASCIMENTO MARTINS - Abuso sexual.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual a faixa de idade?

A SRA. LEIDINALVA DO NASCIMENTO MARTINS - Em torno de 8 anos até 10 anos. Tem muito abuso. E quem é para defender é o primeiro a violar o direito da criança, que é o pai, o tio, parente mais próximo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vou perguntar também à Relatora se ela quer fazer alguma pergunta ao Sr. Wesley.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu gostaria de saber, Sr. Wesley, qual o verdadeiro papel da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, das crianças aqui e se vocês estão cuidando. O que a Secretaria tomou de providência em relação ao caso de Coari?

O SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - Certo, Deputada. Como eu falei ainda há pouco, a atribuição, ela é concorrente. Então, no que diz respeito a criança e adolescente, fica a cargo da SEAS. A participação da SEJUS é com relação ao Disque 100. Toda e qualquer denúncia que chega no Disque 100, e aí envolvendo criança, adolescente, nós damos os encaminhamentos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas só isso que faz a Secretaria?

O SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - Com relação a criança e adolescente, sim — a SEJUS.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tá. E quanto aos direitos humanos? Aí vocês trabalham de outra forma?

O SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - Sim, de outra forma. Nós temos os grupos LGBT, que nós acompanhamos, religiões afro, enfim, as minorias.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E, para criança e adolescente, só atende o Disque 100?

O SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - Isso. A SEAS, como muito bem já expôs aqui a Secretária Graça Prola, que tem todas aquelas ações, programas, projetos em relação a crianças e adolescentes.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E mesmo assim, vocês sabendo do que aconteceu lá em Coari, vocês não deram assistência às famílias?

O SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - Bem, Secretária, eu estou há...



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Na questão dos direitos humanos.

O SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - Oh! Deputada, me desculpe. É uma gestão passada. Eu assumi recentemente a SEJUS. Esse caso de Coari, o que que faz? Cinco anos, não é isso?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É. Mas tem notícias novas, não é? E vocês não acompanharam? A Secretaria de Direitos Humanos não tem acompanhado?

O SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - Notícias novas, mas datam de quando? Eu não tenho conhecimento.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Desde que a CPI chegou aqui na cidade.

O SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - Não chegou ao conhecimento da SEJUS. Não chegou. Como eu lhe falei. Chega pelo Disque 100. Se não chegar pelo Disque 100, nós temos que ser acionados de alguma forma. Agora, de qualquer forma, voltando aqui à minha fala inicial, nós trabalhamos na prevenção e naquele atendimento, Deputada. Nós trabalhamos na prevenção, a SEJUS, e naquele atendimento inicial, ou seja, recebendo denúncias nos nossos postos. O acompanhamento não é por parte da SEJUS, é a SEAS. E ainda assim, se nós tivéssemos recebido essa demanda de Coari, nós não temos meios, lá na SEJUS, de fazer esses acompanhamentos. No caso, a SEAS, que já tem todo o *know-how*, aqui no âmbito estadual, para fazer o acompanhamento.

Então, a gente trabalha na prevenção. Essa prevenção seria bem macro, assim, direitos humanos, com panfletagem, enfim, cartilhas, e o atendimento inicial — uma pessoa se dirige a um dos nossos postos, ou Disque 100, faz a denúncia. A partir daí, o acompanhamento a essas vítimas aí fica a cargo da SEAS.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tá, o.k.

O SR. WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR - No Estado funciona assim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou agora... Primeiro, eu queria registrar a presença da Maria Edith Martins, que é Presidenta do Conselho Regional de Psicologia — CRP, 20ª Região, que abrange Amazonas, Acre, Roraima



e Rondônia. Acho que, até pouco tempo atrás, o CRP de Brasília era o mesmo, penso eu.

Mas eu vou passar a palavra agora ao Delegado de Polícia Civil que aqui está representando a Secretaria de Segurança Pública, o Secretário de Segurança Pública, o Dr. Henrique Brasil Couto Batista.

E eu já vou solicitar que o Dr. Henrique possa responder quais foram as medidas que a Polícia Civil desenvolveu acerca das denúncias. Nós tivemos aqui a Operação Estocolmo, teve a operação... parte foi desenvolvida pela Polícia Federal, mas há uma atuação concorrente, penso eu, as denúncias de redes de exploração nos Municípios — em Coari, Estocolmo, São Gabriel da Cachoeira e outros Municípios que nós temos notícia. Porque pode haver uma subnotificação, foi o que foi falado aqui pela Conselheira e pela Dra. Graça também. Mas são poucos os Estados que têm tantas operações de tanto impacto envolvendo exploração sexual e pessoas de influência, seja político-econômica, como o Estado do Amazonas. Então, penso como é que a Polícia Civil está se organizando para que possa estar fazendo frente, ou enfrentando esse nível de atuação em redes de exploração sexual.

Então, com a palavra, já lhe fazendo antecipadamente essa pergunta, o Dr. Henrique Brasil Couto Batista, que é Delegado de Polícia, representando, neste ato, a Secretaria de Segurança Pública.

Em seguida, passo para a Dra. Cláudia.

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Boa noite a todos! Primeiramente, eu quero cumprimentar nossos representantes do Poder Legislativo, as Deputadas Erika Kokay e Liliam Sá, os Deputados Estaduais Abdala Fraxe, José Ricardo, Luiz Castro, Sidney Leite, o Deputado Wanderley Dallas, que já se ausentou, e a Deputada Conceição Sampaio; Dra. Rebeca, juíza, representante do Poder Judiciário; o Renato Souto, que é Conselheiro Nacional dos Direitos Humanos; Dr. Wesley Aguiar, Secretário da SEJUS; e todos aqui presentes.

A Secretaria de Segurança, ela tem trabalhado, como foi mencionado pela Deputada, incansavelmente em relação ao combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Eu vou falar um pouquinho da estrutura que hoje a Polícia Civil tem. A Polícia Civil, ela possui, na capital do Estado, a Delegacia de Proteção à Criança e ao



Adolescente, Especializada, que teria como competência a circunscrição, o Estado todo. Porém, ela praticamente, ela cuida somente de Manaus. E no interior a gente possui dez Especializadas, que são as Delegacias Regionais e Delegacias Especializadas, que funcionam no mesmo prédio, possuindo um delegado para aquela Regional e um delegado para a Especializada.

Na Especializada, nós temos... Ela vai trabalhar com os casos envolvendo idosos, crianças e adolescentes e mulheres. Os Municípios que possuem Delegacia Especializada são Tefé, Coari, Tabatinga, Lábrea, Itacoatiara, Manacapuru — que, por sinal, a Dra. Samara está aqui presente, na audiência —, São Gabriel da Cachoeira, Eirunepé, Parintins e Humaitá. Em que pesem tenham essas Delegacias Especializadas nesses Municípios, nem todos a gente possui delegados, delegados de polícia de carreira, nesses Municípios, para trabalhar na Especializada. Hoje a gente possui um déficit em relação aos delegados de carreira. Mas foram chamados, há aproximadamente 1 mês, os excedentes do último concurso para delegado de polícia, que vão iniciar Academia esse mês e, provavelmente, daqui a 6 meses estarão à disposição de todos os Municípios do interior.

Hoje, a ideia é que tenhamos delegados em todos os Municípios, sem exceção. Infelizmente... Hoje a gente tem o apoio da Polícia Militar, tem Município que tem policial militar chefiando uma delegacia, porque não temos delegado de carreira. Mas isso é um panorama que a gente está tentando mudar aos poucos. E a ideia é que a gente retire essa situação que acontece não só aqui no Estado, como em vários outros Estados do País.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não faz rodízio dos delegados, não, não é?

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Não, não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não tem como?

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Não, não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Às vezes o Município é muito longe, não é? Nem tem como?

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Não, não tem condições. A maioria dos Municípios, eles têm acesso fluvial, e esse deslocamento, ele é muito oneroso. Então, só tem como ficar um delegado naquele Município, e pronto, não



tem como assumir. No caso, se... Por exemplo, essa parte da região metropolitana, até ainda poderia ser feito isso. Mas não... Aqui na parte da região metropolitana, todos têm delegados. Então, não tem por que se utilizar dessa sistemática.

O problema do interior é o grande entrave em relação a essa... ao combate à exploração da criança e do adolescente, não é? Em que pese Coari tivesse delegado na Especializada, não havia condições. Eu não sei. Há 5 anos atrás, não havia. De 2 anos para cá, que a gente passou a ter esse delegado no Município.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tinha uma delegada lá, não é? Esposa do Comandante Norte.

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - É. E lá... Não, lá era Tefé. A esposa do...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, ela ficava em Tefé.

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Ela era de Tefé. Há 5 anos atrás, quando iniciou...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Aí depois foi para lá.

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Quando iniciou, era de Tefé. Depois, ela passou para Coari.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, agora, ultimamente.

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Mas esse é um panorama mais recente. A gente não tinha. Realmente a gente não tinha delegado na Especializada de Coari. Então, foi uma mudança que... Inclusive, a Dra. Hellen já até saiu lá do Município. Hoje a gente... Há aproximadamente 1 mês, a gente tem uma Delegada nova, Dra. Ana Maria, e um Delegado, Rafael Costa e Silva. Foram os que foram designados para o Município, que a gente pudesse trabalhar, sem deixar a Regional. Por ser uma Regional, por ter uma importância maior, a gente não poderia deixar de ter delegado de carreira lá.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quem que assumiu lá? Quem assumiu lá no lugar dela?

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Na Especializada, foi a Dra. Ana Maria.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ana Maria?

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Isso.



Então, o nosso grande problema é pessoal. A gente tem, por exemplo, um programa, a Estratégia Nacional de Fronteira, o ENAFRON, que foi desdobrado, e foi realizado o ESFRON, no caso do Estado do Amazonas, que trabalhará com, trabalha com não só fronteiras, mas com outras divisas também. E a gente está tentando implantar o pessoal nos Municípios. E, por exemplo, Tabatinga... A gente tem duas equipes: uma equipe em Tabatinga e outra em São Gabriel da Cachoeira. As pessoas que vão trabalhar pelo ESFRON, elas vão recebendo diária. A gente não tem gente para lotar nesses Municípios. Então, eles vão, recebem diária, passam 30 dias, 40 dias e retornam para Manaus.

Então, dentro da ideia de reestruturação, no âmbito da Polícia Civil, a ideia é que se tenha, assim como se tem as Delegacias Regionais... a gente possa ter as bases regionais de perícia, a gente possa ter perito legista, perito criminal, possa dotar de estrutura, para que o DPTC possa dar condições de materializar aquele... comprovar a materialidade daqueles crimes que ocorreram. Independente deles.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Há quanto tempo não tem um concurso público?

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - O último concurso é de 2009. Eu, inclusive, sou dele. Tomamos posse em 2011. Então, mesmo que... Foram 1.100 policiais, porém a gente... tinha mais de 10 anos sem ter um concurso público.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, o contingente foi pouco.

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Foi. Foi. Então, foram 1.100 policiais e...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Por isso esse déficit?

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Exatamente. E a população do Estado beira 3 milhões, sendo que a capital concentra 1 milhão, aproximadamente 1 milhão e 900. Então, grande parte desses policiais está na capital.

Bom, então, o que se pretende é fazer essa regionalização das perícias. E... (Pausa.) Então... Não somente... O problema não é também só lotar, é fazer com que aquele servidor permaneça naquele Município. A gente tem que... sabe que é difícil...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A estrutura, não é?



O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - É. Ele tem que ter uma estrutura para que o servidor possa atuar naquele Município. Uma pessoa geralmente passa num concurso, é da capital, aí vai para o interior, para o interior que não tem uma estrutura. Então, se não tiver o apoio, por exemplo, às vezes da Prefeitura... Se não tiver condições de ajudar... A segurança pública é responsabilidade de todos, não somente do Estado, mas de todos. Então, a Prefeitura, em vários Municípios, ajuda a delegacia de polícia. E acaba que essa relação, ela pode ser boa ou ruim. Então, o que a gente precisa é: dotar as delegacias, dotar os policiais de condições para trabalho, para que a gente não possa depender de ninguém e realizar nossos trabalhos sem qualquer ingerência.

Isso... A gente vai ter os questionamentos políticos, a gente vai ter questionamento de amizades. Então, essa parte é o que complica. O policial, ele não tem, por exemplo, como um membro do Ministério Público ou um membro do Poder Judiciário, a questão da inamovibilidade. Então, isso traz essas consequências para o servidor policial.

Bom, e, dentro da capital, já voltando, já vindo para a capital, a gente pode falar... a gente tem a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, a DEAPCA, que é comandada pela Delegada titular Linda Gláucia, que hoje aqui, ela está sendo representada pela Dra. Cláudia, Cláudia Maria, Delegada de Polícia. Está no plantão hoje, mas veio aqui para mostrar como funciona a estrutura da Delegacia; a Keula, Dra. Keula, psicóloga também; e a Daliane, que faz o trabalho psicossocial. Então... A ideia aqui é que a gente possa demonstrar o que a segurança pública tem feito, como funciona o nosso sistema. Então, o trabalho feito pela Dra. Linda Gláucia, como já foi mencionado, tanto por ela quanto pelos servidores que estão lotados, na verdade, todos os servidores policiais, é a força de vontade. Eles têm que ter o perfil.

A DEAPCA, por exemplo, não aceita uma troca de plantão. *“Ah! o delegado sai de um local e vai pro outro só para tirar um plantão.”* Não, se não tiver... se não passar pela titular, se aquela pessoa que for para lá não tiver o perfil. Geralmente, os delegados e os servidores que estão lotados lá, eles passam um bom tempo lá. São pessoas que são acostumadas a lidar com aquele tipo de problema, são pessoas que foram qualificadas, são pessoas que estão... têm a força de vontade de



batalhar para combater esse tipo de crime. Então, a gente só tem a elogiar os servidores policiais que trabalham na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

A gente tem a Delegacia Especializada em Apuração de Atos Infracionais, que é a DEAAI, é comandada pela Dra. Júlia Seixas. E lá também tem essa questão do comprometimento dos servidores. Atualmente, com o Programa Ronda no Bairro, idealizado pelo nosso Governador Omar Aziz, foram realizados vários investimentos no âmbito da segurança pública. E a gente teve, por exemplo, aumento de delegacias. A gente tinha 17 delegacias na capital e passou a ter 30. E aí a gente vai ter a dificuldade com pessoal novamente. Então, várias delegacias, foram realizadas bases de flagrante. Então, a gente tem delegacia que... Durante a noite, ele vai estar ocupando uma área maior para que possa dar o atendimento 24 horas no serviço policial.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E a Polícia Técnica? como é que fica? Tem estrutura?

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Já menciono.

Então, a DEAPCA e a DEAAI, por exemplo, em que pesem não serem bases de flagrante, elas funcionam 24 horas. A gente vai ter sempre delegado, investigador, escrivão trabalhando 24 horas nesses locais. Então, é um diferencial também esse trabalho que é feito. Eu mencionei as delegacias da capital, como, por exemplo, eu falei da Dra. Samara, que realiza um excelente trabalho lá em Manacapuru. E a gente também só tem a elogiar essas pessoas.

Voltando lá ao Programa Ronda no Bairro, ele teve essa melhoria, essa reestruturação da polícia. Passou pelo concurso, não é, que foi de 2009, mas foi aproveitado em 2011, já visando o Programa. E aí ele reestruturou a polícia como um todo, tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil, que estavam na UTI, podemos dizer assim. E hoje a gente conseguiu dar o mínimo para um policial trabalhar, que é: ter um colete para a segurança dele, ter uma arma, ter uma viatura, a estrutura das delegacias que foram reformadas, então... os computadores que foram adquiridos.

E a mesma situação a gente teve dentro do DPTC, que é nosso Departamento de Polícia Técnico-Científica, que também... Houve uma melhoria na



compra de material para que sejam realizadas as perícias. Porém, o prédio... eles ainda utilizam um prédio, um local que é apertado, sem condições ali para se trabalhar, até porque ampliou, a cidade cresceu muito. Mas a ideia é que se divida, por exemplo, a gente tenha um IML e um Instituto de Criminalística numa zona, na Zona Norte, onde já existe hoje, e trazer um outro, por exemplo, na Zona Leste, na Zona Centro-Sul, algum local que a gente possa dividir esse trabalho. Então, ele está sendo realizado.

É planejamento. A gente não consegue mudar uma polícia da noite para o dia. A gente teve avanços significativos. A gente... Fazendo uma analogia, aqueles 50 anos em 5... Então, a gente teve isso aí, a gente teve uma melhoria muito grande nesses 3 anos aí de Governo do nosso Governador Omar Aziz.

E as investigações, como foi mencionado, elas são realizadas. Eu acho que... Em que pese toda essa ingerência, todo um complô negativo ali para que não possa ser realizado o trabalho, mas é feito o trabalho. A Operação Estocolmo é um exemplo muito positivo em relação a isso, que não poupou empresários, não poupou o Cônsul que a gente teve lá mencionado. Então, era toda uma rede, todo mundo... Foi solicitada a prisão, e foi estruturada dentro de uma rede. A Polícia Civil trabalhou em parceria com o Ministério Público e Judiciário. As coisas não podem fluir, às vezes não dependem somente da gente. É preciso que a gente tenha pessoas comprometidas nesses outros locais. Então, a gente tem trabalhado incansavelmente em relação a isso.

Mas, se a gente for pegar a questão da estatística, a gente vai ver que na maioria dos crimes que ocorrem, como já foi mencionado, a gente vai ter pai, padrasto, tio, são situações em que os violadores estão dentro de casa, ou são algum conhecido. Então, tudo isso dificulta a investigação, até para a autoridade policial tomar conhecimento daquele fato delituoso. Então, é preciso denúncia, é preciso chegar ao conhecimento da gente para que a gente possa realizar o nosso trabalho.

Só para mostrar estatisticamente, no ano de 2012, de janeiro a dezembro, houve 1.193 casos de violência sexual, em 148 casos foi o padrasto o violador, em 96 casos o pai, em 94 vezes o tio, outros conhecidos do sexo masculino são 495. Então, são sempre pessoas que estão próximas, que têm um contato com a família,



que têm contato com a vítima. Continuando em 2012, a gente vai o ter número de estupros, 140; estupros de vulneráveis, 875; favorecimento à prostituição, 37; importunação ofensiva ao pudor, 53. Esses são os crimes com maior incidência.

Já em 2013, de janeiro a agosto, nós tivemos 706 estupros de vulneráveis; 91 estupros; 27 favorecimentos à prostituição; sendo que nesses casos de 2013, o pai foi o violador em 90 casos; o padrasto em 116; o vizinho em 80 casos; e outros conhecidos do sexo masculino em 331. Esse é o panorama que a gente tem hoje. Todos os casos que são levados ao conhecimento da Polícia Civil são investigados. É dado início ao procedimento, muitas vezes conseguimos a prisão preventiva, conseguimos a prisão em flagrante. Então, o trabalho está sendo realizado.

Estávamos aguardando se há outro caso específico que pudéssemos mencionar aqui, mas só foi mencionado o de Coari, e a questão de Coari a gente...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - São Gabriel da Cachoeira.

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - São Gabriel da Cachoeira. Quando tomamos conhecimento do caso, foi realizada uma reunião entre a Secretaria de Segurança, a SEAS, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual. Ou seja, todos os órgãos se reuniram para definir uma estratégia de atuação em relação a São Gabriel. E nesse caso foi a Polícia Federal que avocou e disse que tinha interesse em realizar a investigação; e de fato realizou, o que culminou na prisão de nove pessoas, se não me falha a memória, em fevereiro deste ano.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Lá tem delegado?

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Lá tem um delegado na Delegacia Regional, a Delegacia Especializada não possui delegado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quem fica na Regional?

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Quem fica na Regional é o Dr. Normando e quem fica na Especializada é um escrivão que fica cuidando desses casos. Eu não sei informar o nome dele.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Um escrivão.

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Eu não sei o nome.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Agora, o que me causa angústia no coração aqui em Manaus... Boa noite para vocês. Eu estou falando agora. Eu



quero ouvir, eu estou aqui fazendo o meu papel que é mais de ouvinte, e todo o sentimento da CPI foi passado pela nossa Presidente.

Doutor, eu estou estarecida com o grande número de pedofilia que existe em Manaus. Nós temos visto aqui que, em 2011, crianças de 0 a 11 anos, o senhor falou em 1.900, temos aqui 1.264 ocorrências em 2011 com crianças de 0 a 11 anos, e em 2013 já foram registradas 1.503. Aí o senhor vem e me fala que estupros de vulneráveis em 2012 foram 875, e em 2013, que nem terminou ainda o ano, já estamos com 706. A que o senhor atribui isso? Por que esse número tão alto de adultos fazendo sexo com crianças? A que o senhor atribui isso?

E outra coisa, uma pesquisa está dizendo que o número cresce de abusos com crianças com menos de 5 anos, são 18,3% com 19 pontos de exploração sexual também. Eu estou aqui, eu estou enjoada com isso, estou estarecida. A gente tem notícias, mas quando a gente senta num lugar como este, com pessoas tão importantes, pessoas que lutam pelos direitos das crianças e adolescentes, atores importantíssimos na construção de um Brasil melhor para as nossas crianças, a gente percebe que a pedofilia aqui parece que é banal, que é uma coisa natural. Eu gostaria de ouvir o senhor.

Eu fico também muito preocupada com uma pessoa que não estudou leis e que fica à frente de uma delegacia, como um policial militar, na frente de uma delegacia, para colher depoimentos, que não tem nenhuma preparação para receber uma criança vítima de abuso sexual, para receber essa família. Isso me preocupa muito.

É por isso que a gente vê que há tantos casos que não foram elucidados, e há tantas denúncias que não chegam até o Ministério Público, que não chegam para serem apuradas porque faltam pessoas especializadas, pessoas que entendam da área da criança e do adolescente, que saibam do Código Penal, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Como uma pessoa que não tem capacidade vai ficar à frente de uma delegacia — o senhor está me entendendo? — para tomar providências, para mandar prender, para mandar mandato de prisão, para mandar para o Ministério Público? Seria até melhor usar os conselheiros tutelares para tomar conta dessas delegacias especializadas, porque eles entendem mais da



questão das crianças e dos adolescentes. E eu fico muito preocupada nesse sentido.

Se eu estiver errada, que o senhor me corrija, mas é muito alto o índice de pedofilia em Manaus. Eu estou estarecida com esses dados. É maior do que em todo o Brasil. Se a gente for fazer, se botar estatisticamente, a gente vai ver que aqui ganha em disparada, está em primeiro lugar.

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Deputada, infelizmente, eu não posso dizer o porquê de ser assim. Eu acho que eu não vou ter como lhe dizer por que essas pessoas realizam, cometem esse tipo de crime, mas o que eu lhe digo é que o que chega ao conhecimento da Polícia Judiciária é realizado o procedimento. Nos Municípios do interior, em que pese não tenhamos delegados de polícia em todos esses Municípios, todos que ficam nas Especializadas são bacharéis em Direito. Eles podem não ser delegados de Polícia de carreira, mas são policiais civis, investigadores ou escrivães que são bacharéis em Direito, são conhecedores de lei, e a exceção...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O senhor falou policial militar chefiando a delegacia.

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - É isso que eu ia dizer, e a exceção é o policial militar que vamos ter em 5 a 7 Municípios, mas que é uma situação que vai ser equalizada. É uma situação que mais tardar em 6 a 7 meses a gente já não vai ter mais essa realidade. Acho que é tudo uma questão de planejamento. A gente está planejando, está trabalhando, está reestruturando para tentar acabar com esse tipo de erro, mas infelizmente a gente não pode deixar sem ninguém esses locais.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas o que o nosso Governador, o Governador de vocês aqui, o Omar Aziz, está fazendo? Alô, alô, Governador! Será que o Governador não tem noção desses números? Cadê as campanhas de prevenção? Cadê as campanhas? (*Palmas.*)

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Em relação às campanhas de prevenção...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pelo amor de Deus!



O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - ...a gente tem o trabalho realizado pelas nossas delegadas. Elas têm trabalhado na campanha, na Semana Nacional do Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, elas cotidianamente têm aparecido na mídia falando sobre o tema.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas tem que ter uma ação efetiva. O Governador tem que tomar providências.

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - E aí a gente teve o aumento do nosso contingente de policiais, a gente teve essa preparação. O aumento foi quase de 50% com a entrada dos 1.100 policiais em 2011. Como eu falei, a gente não vai conseguir mudar o panorama de um dia para a noite, mas está sendo planejado, as ações estão sendo planejadas para que se consiga equalizar, no decorrer dos anos, esse problema.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Olha só, se o Governador não tem condições, vai pedir ao Governo Federal, marca uma audiência com a Presidenta Dilma, mas resolve o problema das crianças daqui (*palmas*), se não vai ser impossível. A gente está olhando aqui, o Governador tem que tomar providências. Isso não pode acontecer mais. Não tem condições? Vai ao Governo Federal, junta os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, mas que haja uma solução. As crianças daqui estão pedindo socorro. E nós queremos uma resposta para isso. O índice é muito alto de pedofilia. Tem que ter campanhas, tem que chegar segurança aonde não se tem. Fiscalização. Falta tudo, falta tudo.

(Não identificado) - Uma campanha de sensibilização.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Informando onde essas pessoas podem procurar socorro, porque também não tem aqui... Com dois CRAS, dois CREAS aqui, é impossível isso também.

Precisa de uma reunião entre o Governador, todos os secretariados, os Deputados, todo mundo para fazer um mutirão de combate, ver a solução. Não pode ficar do jeito que está.

Doutor, eu agradeço aí a sua contribuição. Eu sei que o senhor está fazendo o possível dentro da sua limitação. O senhor trouxe para gente aqui uma luz no sentido de que falta estrutura, faltam maiores investimentos. Sei que as delegadas



devem ser um grito sozinho no meio de uma multidão. Imagino o trabalho de vocês, imagino o que vocês não devem passar. Mas estão contribuindo também.

E esta audiência aqui é pra que a gente possa fazer um diagnóstico, traçar um diagnóstico e cobrar. Nós vamos cobrar do Governador, vamos cobrar, sim. Desse jeito não pode ficar o Estado, nessa situação com as nossas crianças e adolescentes.

Eu gostaria de passar a palavra...

O SR. LUIZ CASTRO - Deputada Liliam.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pois não.

O SR. LUIZ CASTRO - A senhora me permite fazer uma pergunta para o nosso representante?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pois não.

O SR. LUIZ CASTRO - Quantas delegacias especializadas nós temos em Manaus?

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Especializada, só uma.

O SR. LUIZ CASTRO - Pois é. Há 2 anos, tentou-se improvisar uma delegacia de menor infrator junto com de vítima. Felizmente nós cobramos muito, e o Governo do Estado voltou atrás, porque era um absurdo total misturar vítima com crianças que eram agressoras. São vítimas também, mas são agressoras.

Eu queria fazer uma observação, Deputada Liliam. A equipe dessa delegacia é muito dedicada. Houve um tempo inclusive que ela era muito menor. Era só a Delegada Linda Gláucia com mais um delegado complementar. Mas a situação em Manaus é complicada, porque essa delegacia está numa região que não é a mais populosa de Manaus. A região mais populosa de Manaus, zona norte e zona leste, não tem nenhuma delegacia. E, portanto, já deveríamos ter uma delegacia especializada lá. (*Palmas.*) Temos só uma lá no Lírio do Vale, onde eles atuam. Então, tem um problema lá na zona norte, Deputada Liliam, imagine a distância. É como se saísse lá do Meier para a Barra da Tijuca — a senhora que é carioca —, saísse lá de Niterói para Barra da Tijuca. Quer dizer, é tão distante que, apesar dessas denúncias, ainda há muita coisa na zona norte e na zona leste que não chega ao conhecimento das delegacias.



E o interior, então, eu queria fazer uma pergunta ao nosso delegado: como o senhor vê, para acabar com essa dependência, que o delegado de polícia do interior tem da figura do Prefeito? Ele depende do Prefeito para fazer uma simples diligência na área rural, porque não tem combustível para capturar um criminoso. Ele depende do Prefeito para se movimentar o tempo todo. O senhor não defende que a Secretaria de Segurança passe um recurso para os delegados não dependerem mais dos Prefeitos nessas ações mínimas? Eu agradeço à Deputada.

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Como eu havia mencionado, com o aumento das delegacias de 17 para 30, as delegacias normais aqui na capital, a gente teve um problema com pessoal. Apesar de várias delegacias não terem mais plantão, a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e a Delegacia de Atos Infracionais possuem plantão com policiais, não é o número ideal, mas elas estão em funcionamento. Então, ocorrendo esse tipo de delito, ele vai ter esse atendimento na delegacia. O fato, quando ocorre, não necessariamente precisa ser registrado nessa delegacia especializada. A partir do momento em que chega ao conhecimento de qualquer dessas 30 delegacias, no nosso próprio sistema, ele é encaminhado para a delegacia especializada. O nosso policial se desloca para levar essa vítima para lá para a gente iniciar esse procedimento. Então, é realizado, tem esse atendimento especial à criança e ao adolescente vítima de abuso sexual.

Na questão da dependência do delegado no interior, a gente, infelizmente, isso é o Poder Executivo. A Polícia Civil faz parte do Poder Executivo e, dentro dessa estrutura, a gente não teria condições de fazer, da estrutura atual, separação. A Polícia Civil é denominada Polícia Judiciária. Se a gente for pegar estruturalmente, ela faz mais parte do Poder Judiciário do que do Poder Executivo. Então, é uma situação que não depende exclusivamente da Secretaria de Segurança ou da Polícia Civil, mas é preciso que se comunguem esforços para isso daí.

A gente tem, por exemplo, combustível. O combustível das nossas delegacias tem que ser encaminhado. Tem Município que leva... Boca do Acre, por exemplo, tem época do ano que é preciso mandar combustível para 6 meses. E a gente vai ter problemas com as distâncias. A distância da capital acaba trazendo muitos problemas para os nossos Municípios do interior. E têm Municípios do interior que



infelizmente não ajudam. Têm Municípios do interior que não têm interesse que a polícia seja dotada de pessoal.

A gente vai ter a questão do Poder Judiciário. A gente tem juiz que cumula três, quatro comarcas, o que é inviável. Ele vai despachar de 2 em 2 meses no local. Hoje, com o processo de judicialização, a virtualização, na verdade, isso tem melhorado, mas é uma realidade, e infelizmente a gente não tem como mudar esse panorama da noite para o dia.

O SR. SIDNEY LEITE - Esses números aí, você sabe dizer quantos são da capital e quantos são do interior? É só uma contribuição.

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Só da capital.

O SR. SIDNEY LEITE - Só da capital? Não tem do interior?

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Do interior, não.

O SR. SIDNEY LEITE - Só para contribuir — e aqui está o Deputado Abdala, acredito eu, e eu já falei isso para o Secretário Coronel Vital —, todos os Municípios têm postos de gasolina. Então, se comprar o combustível e conversar com as distribuidoras, acredito eu que não haja necessidade de transportar esse combustível, há condições de pegar naquele Município. Essa é uma solução que vem ao encontro para resolver não só o problema da violência contra a criança, mas de tudo aquilo que acontece no Município.

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Rapidinho, só para responder a esse questionamento. Os postos de gasolina precisam estar regularizados, eles precisam estar com toda a documentação.

(Não identificado) - Não são?

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Não, infelizmente nem todos são. A gente já tentou fazer essa parceria, esse trabalho anteriormente e não foi para frente. Inclusive houve a ideia de fazer aquele cartãozinho, o vale combustível, para abastecer a viatura nesses postos, mas infelizmente não tem. A gente vai ter problema com telefonia, vai ter problema com Internet. No interior a realidade é outra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Delegado, o senhor não tem os dados do interior?



O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Não temos os dados do interior. Pelo tempo que a gente teve para recolher essas informações, não houve condições de fazer esse levantamento. A gente recebeu essa comunicação na sexta-feira, 5 horas da tarde, e para a gente ter comunicação com todos os Municípios é muito ruim, a gente não consegue ter.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor está aqui representando o Secretário de Segurança.

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E o senhor não tem os dados?

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Não temos os dados. No momento, não temos os dados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor não tem os dados?

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Não. Temos. Os dados precisam ser compilados, os dados precisam..., porque no interior, diferentemente da capital, a capital tem um sistema, o Sistema Integrado de Segurança Pública, e no interior a gente não tem. A gente precisa de uma Internet boa para montar o sistema. Então, é tudo muito manual no interior.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Então, as dificuldades são maiores.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agradecendo a sua participação, eu vou chamar a Dra...

O SR. ÍTALO NONATO - Deputada, Deputada. Com licença, boa noite, Deputada Liliam. Eu me chamo Ítalo Nonato, estou dirigindo o Departamento de Proteção Social Especial na Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania. Quando a senhora falou do incômodo que os números lhe causaram, também causam a mim, principalmente, sabendo que são só da capital.

É bem verdade que esses números vieram numa crescente em 2011...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor podia fazer o seguinte, o senhor podia se inscrever.



O SR. ÍTALO NONATO - É que eu queria pegar o gancho da fala dele e do incômodo que foi causado nela. E eu tenho aqui alguns dados parciais de Municípios.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, por favor, por favor.

O SR. ÍTALO NONATO - Então, o que a gente atribuiu, pelo menos a leitura que eu fiz, que nós fizemos na Secretaria, é que os números cresceram porque as campanhas foram feitas. E eu estou lá e trabalho diretamente com os Municípios também, e as campanhas também foram feitas nos Municípios que têm grandes festas, nos Municípios que têm *réveillon*, nos Municípios que têm carnaval, nos Municípios que estão juntos conosco, no 18 de maio e no 12 de junho.

Então, as campanhas são realizadas, sim, e as pessoas têm mais acesso à denúncia, mais canais de denúncia que foram estipulados, tanto através do Disque 100, quanto através dos Conselhos Tutelares. E os Conselhos Tutelares foram equipados com carro, telefone, fax, computador, isso no ano de 2010, 2011. Agora, existia a contrapartida de que os Municípios continuassem mantendo a estrutura dos Conselhos Tutelares.

Eu tenho um dado prévio aqui, como falei dos Municípios, que nós conseguimos levantar, assim quando chegou o convite para nós, junto com os Conselhos Tutelares dos Municípios, Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e com as Secretarias Municipais de Assistência Social. Eu não consegui levantar de todos os Municípios, mas eu consegui de 29 Municípios, onde nós chegamos a um número de 566 casos de violência sexual a crianças e adolescentes.

Então, as campanhas, como eu disse, são realizadas, sim, e elas não são campanhas estanques. Elas são realizadas durante todo o ano.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pronto. Obrigada pelo esclarecimento.

Delegado, quantas dessas denúncias, 875, se transformaram ou deram origem, todas elas se transformaram em inquérito?

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Provavelmente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Provavelmente, mas o senhor não sabe.



O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Eu não tenho essa informação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor pode colher essa informação?

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Podemos, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São 875 estupros de vulneráveis, 1.503 casos de violência sexual, só no Município de Manaus.

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Só fazendo uma correção, é porque aqui não tem todos os dados completos, mas um ou outro caso tem origem também no interior, também aqui, mas são raríssimos casos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pois é, mas o senhor podia nos passar esses dados formalmente.

O SR. HENRIQUE BRASIL COUTO BATISTA - Podemos, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E nos indicar quando se transformarem em inquérito, porque não adianta ter a campanha, campanha é importante, sem nenhuma dúvida, é o lema inclusive do movimento há muito tempo: quem cala consente, calar é consentir, denunciar é proteger. Então, a campanha é importante. Agora, a campanha é insuficiente por si só. Nós temos um aumento do número de denúncias, inclusive no Disque 100, isso é um quadro nacional que indica duas coisas: a responsabilização da sociedade pela violação de direitos de crianças e adolescentes, como diz o nosso Estatuto, que é responsabilidade do Estado, da sociedade e da família, isso significa isto, e significa também uma desnaturalização da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Mas, quando nós tivemos no Governo Federal o aprimoramento do Disque 100 para que você possa fazer o acompanhamento do desdobramento, é porque não adianta apenas denunciar, denunciar, você tem que responsabilizar e tem que promover um acompanhamento para as crianças e adolescentes. Você tem um número insuficiente de CREAS, Conselhos Tutelares precarizados, então, você tem, teoricamente, um atendimento insuficiente às vítimas. Isso cria um processo de perenização da vitimização. Como você não pode superar, não tem atendimento para superar, você vivencia a lógica da vitimização e indica um descaso do Estado inadmissível. Inadmissível! O Estado estimula...



O que eu quero dizer para o senhor é que importante que o Estado estimule as campanhas de denúncia. Mas isso tem que ser agregado ao nível de estrutura, porque a polícia, seguramente, é precarizada aqui. As polícias são precarizadas, a estrutura para que você possa responsabilizar e, ao mesmo tempo, provocar o atendimento. Se não você vai ficar apenas com uma ponta, que é importante, mas que é preciso agregar ao aumento da denúncia o processo de... Você não pode bater no peito e dizer: *“Nós estamos aumentando a denúncia”*. Sim, estão aumentando a denúncia, mas quantas se transformaram em inquérito desses casos de 1.900 e tal? Quantos se transformaram em denúncias do Ministério Público? E quantos foram presos? Qual o nível de impunidade, que é uma sensação que nós temos aqui no Estado do Amazonas?

Eu vou passar a palavra para a Sra. Cláudia Maria Lima Bastos. E a gente vai pedir apenas para que as pessoas possam ser concisas, porque nós estamos com o horário muito avançado, e ainda faltam várias pessoas para fazer uso da palavra.

Então, passo a palavra para a Sra. Cláudia Maria Lima Bastos, que é Delegada da Polícia Civil do Estado do Amazonas, representante da Delegada Linda Gláucia de Moraes, titular da Delegacia Especializada de Assistência e Proteção à Criança e ao Adolescente da Polícia Civil do Estado do Amazonas — DAPCA Amazonas.

A SRA. CLÁUDIA MARIA LIMA BASTOS - Boa noite. Bom, é interessante como o Dr. Henrique esclareceu a respeito das estatísticas. E eu acredito que... Eu entrei no concurso de 2001, trabalho há 11 anos na polícia, mais ou menos isso, um pouco mais, e estou há 2 anos na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente. É uma Delegacia que, eu posso assegurar, tem um trabalho diferenciado em relação às distritais.

Esse trabalho diferenciado você pode explicar a partir do momento em que você está lidando com crianças e adolescentes. Então, uma criança vitimizada, uma adolescente vitimizada tem, principalmente as crianças, o momento de falar, tem o momento dela de falar.

Então, o profissional que trabalha na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, como o Dr. Henrique falou, tem um perfil. E o aumento da violência,



sim, ocorreu, não se pode negar, as estatísticas comprovam, mas houve uma divulgação maior e por conta disso os números afloraram.

Essa divulgação se deveu ao fato de o desdobramento da Delegacia de Proteção à Criança para a Delegacia do Menor Infrator. Antigamente havia somente uma responsável. Na Delegacia de Proteção à Criança, houve uma série de divulgação, através da imprensa, de como questionar, como a população deveria ter um acesso maior para ter um retorno de atendimento, porque muitas das vezes você vê a criança que foi vitimada, mas devido à distância, devido a uma certa dificuldade de campanhas, enfim, antes não havia como ela chegar, através dos pais, da mãe, a uma orientação maior, o que hoje já acontece, porque houve um desmembramento. Nós temos um plantão na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente para atender, por exemplo, uma criança que chega vítima, pela madrugada, de um estupro, um estupro de vulnerável.

E eu acredito que isso automaticamente fez crescer a divulgação dessa estatística. No meu entendimento, é um dos motivos do aumento da estatística.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. CLÁUDIA MARIA LIMA BASTOS - Sim, aí no caso, lógico, não somente esse.

Basicamente, é isso. Eu posso ficar à disposição aqui para responder aos questionamentos, no que eu puder esclarecer.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Olhe só, Doutora, a gente sabe que o Disque 100, as pessoas denunciam mais, assim como também tem... aqui eu não sei qual é o número da mulher, qual o da Delegacia da Mulher aqui? Qual o número que vocês usam? Não tem um Disque Mulher ou alguma coisa? Disque-Denúncia tem?

A SRA. CLÁUDIA MARIA LIMA BASTOS - É, provavelmente, deve ter.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É o 180 mesmo, 181? O 181 é o Disque-Denúncia local. Então, eu não sei como é que é. Então, nesse sentido, mas o que causa estranheza é que o número é muito grande em relação às estatísticas dos outros Estados, um número muito grande de abuso sexual, de pedofilia.



Isso é que causou estranheza para a gente, aqui. A gente, quando começa a ver, fala assim: cadê as campanhas? Cadê o Governador? E é isso, Erika, que eu estava cobrando aqui: que o Governador deveria entrar com providências imediatas no combate à exploração sexual, à pedofilia, cobrando desta Casa. Os Deputados desta Casa, Estaduais, têm que cobrar do Governador. E eu falei aqui — você não estava aqui, Erika —: se ele não tem condições, vá buscar com a Dilma, vá buscar com o Governo Federal. Mas o que nós estamos falando, Doutora, é que essa situação não pode continuar.

A SRA. CLÁUDIA MARIA LIMA BASTOS - Sim. Concordo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E tem que ter uma solução imediata, emergencial.

A SRA. CLÁUDIA MARIA LIMA BASTOS - Sim, sim, com certeza.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Porque isso é uma vergonha. É uma vergonha para o Brasil, que as nossas crianças estejam passando por isso, ainda mais num Estado como esse, que tem tantas riquezas aí desperdiçadas. A gente tira, pela impunidade, que a gente está assistindo, está convivendo lá em Coari, aqui, em São Gabriel, em Tefé, e outros Municípios, e nós ficamos, assim, pensando nas famílias. Onde essas crianças vão arrumar apoio, se não existe uma casa para crianças vítimas de abuso sexual, para passar... se a própria Dra. Renata falou que faltam psicólogos, faltam assistentes sociais.

A SRA. CLÁUDIA MARIA LIMA BASTOS - Com licença, na verdade, como, no caso, eu trabalho posso lhe esclarecer melhor. Existe um serviço de acompanhamento psicossocial. Esse serviço funciona no horário comercial. A Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente funciona em plantão, até o momento. Então, assim, a grande dificuldade seria, e o ideal seria, você expandir esse atendimento com psicólogos e assistentes sociais também para um plantão, porque a dificuldade que quase todos os Delegados plantonistas, e eu acredito que eu posso falar em nome deles, é, digamos, chega uma criança, pela madrugada, e essa criança foi vítima de um estupro.

Nós, Delegados, temos, procuramos ter, uma aproximação com a criança. Só que evidentemente existe um profissional adequado, que é o psicólogo, acompanhado do assistente social, para primeiramente conversar com essa criança.



Quando isso ocorre no horário comercial, excelente. Como é que se dá o trabalho na Delegacia? Chegando a criança vitimada, essa criança é encaminhada para o serviço; imediatamente ela é atendida. Existem crianças que verbalizam com naturalidade e outras têm uma certa dificuldade. É como eu disse, a criança tem o momento de falar; ela tem o momento dela. Então, é completamente diferente você, Delegado, chegar e ouvir um adulto, em termos de declaração, e ouvir uma criança. Na criança você não pode chegar e falar: *“Fala aí. Diga o que foi que aconteceu”*. Ela vai se encolher e não vai falar. Regra geral é assim; outras, não — falam e verbalizam.

Então, assim, a dificuldade que nós temos hoje, Dra. Linda já tentou por diversas formas, enfim, é procurar manter esse serviço psicossocial também no horário de plantão, mas a gente procura, dentro do possível, remediar essa situação. Como? Procurando fazer um agendamento encaixado, antes do prazo. A criança que passa por um flagrante, a gente tenta chegar com um perfil que os Delegados têm de tentar se aproximar — a maioria são mulheres, têm uma sensibilidade de chegar e de realmente captar o que aconteceu com a criança e, imediatamente, no outro dia, a criança já está encaminhada para no primeiro horário conversar com o psicólogo. E toda essa estrutura é imprescindível.

Por isso que, assim, o fato de a Delegacia de Proteção à Criança ser plantão ajudou em 90% dos casos, ajudou no atendimento imediato, porque, assim, é um atendimento completamente diferente. Você tem na distrital e você tem na Delegacia de Proteção à Criança. E isso, inclusive, se expande para o interior, porque essa estatística...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas, e no interior, que não tem delegado? Como é que fica essa situação?

A SRA. CLÁUDIA MARIA LIMA BASTOS - As pessoas vêm até a Capital — e eu, particularmente, já peguei várias situações —, as pessoas chegam à capital e dizem: *“Olha, eu quero registrar e quero que o inquérito seja investigado pela capital.”* E, imediatamente... A Dra. Linda Gláucia já orientou a gente para atender, apesar de o caso acontecer no interior. E, pela legislação processual penal, seria o inquérito policial aberto lá, naquela circunscrição. Não, ela investiga todo o procedimento na capital e remete, depois de feita a investigação, ou até mesmo



investiga paralelamente, com o delegado de lá, algumas testemunhas, enfim, e remete pra lá, se for possível, concluído o procedimento. É, digamos assim, a forma que a Dra. Linda Gláucia achou para remediar essa ausência da especializada de proteção à criança e ao adolescente no interior. No momento... até o momento, está sendo feito assim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, a senhora acha que tem poucos profissionais?

A SRA. CLÁUDIA MARIA LIMA BASTOS - Sim, sim. Eu acredito que o ideal, se a senhora me permite fazer uma sugestão, seria ter mais uma Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, pelo menos, na capital, mais uma, devido à própria distância da delegacia, porque a cidade cresceu muito. Então, assim, as pessoas chegam, a maioria das pessoas que eu atendo, e dizem assim: “Nossa, essa delegacia...” “Onde é que é mesmo a delegacia?” Ou ligam pra lá: “Onde é que é o bairro? Onde é que fica isso, porque eu moro do outro lado da cidade.” Então, a gente percebe isso no atendimento ao público. A gente fornece ponto de referência, e tudo, a pessoa chega, a gente procura atender da melhor maneira possível, mas existe, sim, uma carência de pessoal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. A senhora quer falar mais alguma coisa?

A SRA. CLÁUDIA MARIA LIMA BASTOS - Não, não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O Renato, então.

O SR. RENATO ALMEIDA SOUTO - Doutora, sou o Renato, dos Direitos Humanos. Eu gostaria de saber, assim, na questão, quando o denunciante, que, na maioria das vezes, é a própria criança, ela, às vezes é ameaçada de morte. Para onde vão essas crianças que são ameaçadas?

A SRA. CLÁUDIA MARIA LIMA BASTOS - Elas estão abrigadas.

O SR. RENATO ALMEIDA SOUTO - São abrigadas?

A SRA. CLÁUDIA MARIA LIMA BASTOS - Sim, sim. Até porque, se o senhor me permite complementar, muitas das vezes, e o Dr. Henrique já até esclareceu, os autores são os pais ou padrastos. A grande maioria são os padrastos. Então, assim, a gente não tem como retornar essa criança para onde reside o padrasto. Então, das duas, uma, e, às vezes, até, as duas medidas: a gente toma a medida de requerer,



medidas protetivas, para que seja afastada a criança, não tenha como ter contato, e, assim que deferida, enfim, o juiz determina a aplicação, e o segundo momento, primeiro, em primeira forma, a criança é remanejada para um abrigo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Há uma casa-abrigo, para criança?

A SRA. CLÁUDIA MARIA LIMA BASTOS - Sim, serviço de acolhimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ótimo. Que é abrigo?

A SRA. CLÁUDIA MARIA LIMA BASTOS - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, está ótimo. Eu queria lhe agradecer, Dra. Cláudia.

E eu vou chamar, para fazer uso da palavra, o Sr.. Benjamin Affonso Neto, que é Chefe do 3º Distrito Regional, da Polícia Rodoviária Federal, no Amazonas.

O SR. BENJAMIN AFFONSO NETO - Boa noite a todos. Eu cumprimento a Mesa, em nome da Deputada Federal Erika Kokay, assim como também os demais membros. A todos os presentes, meu cordial boa noite.

Eu recebi o convite na sexta-feira para fazer a apresentação aqui de uma ação da Polícia Rodoviária Federal, que é feita em todo o Brasil, que é o mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes, muito conhecido pelo nome de Mapear.

Eu vou pedir a ajuda aqui, do técnico. Permitam-me até virar de costas, aqui, para o público.

Bem, a Polícia Rodoviária Federal — vou fazer um breve histórico; ela não é, digamos assim, uma força policial eminentemente repressiva. Ela atua também com ações preventivas.

Na sua criação, que se deu no dia 24 de julho de 1928, ela nasceu justamente para fazer o policiamento da Rodovia Federal Rio-Petrópolis, denominada, à época, como a Polícia das Estradas. Era pequena, simbólica mesmo.

Decorridos todos esses anos, em 1988, a Polícia Rodoviária Federal, digamos assim, incorporou as atividades de polícia verdadeiramente, porque, até então, ela só fazia fiscalização de trânsito, atendimento de acidentes. Então, com o advento da Constituição Federal, em 88, a Polícia passa a compor o art. 144, e, conseqüentemente, passa legalmente a atuar como Polícia. É lógico que não por



causa da lei, não é, que A Polícia começou a atuar; em virtude dela, sim. Mas incorporar essa ação dentro dos nossos policiais necessitava de capacitação, e foi o que nós fizemos.

Mas a libertação, a saída do Ministério dos Transportes, do qual, até então, nós fazíamos parte, só se deu em virtude da Lei 8.028, e passamos para o DNER.

Permitam-me fazer esse breve histórico para nós podermos entender aqui como são as atribuições da PRF. Então, a PRF, além de ter as atribuições de fiscalização de trânsito, atendimento de acidentes, estudo para a redução desses acidentes, vivemos agora a década de 2010 a 2020; a década mundial para a redução do número de acidentes também é atribuição da PRF.

Mas somente em 1995, com a publicação do Decreto 1.655, é que nós passamos a ter, realmente, as atribuições de Polícia. Lá estão elencadas todas as atribuições da PRF: realizar perícias, combate ao narcotráfico, descaminho, contrabando, enfim, é uma relação gigantesca de atribuições que a Polícia Rodoviária tem que exercer.

Bem, agora falando efetivamente do assunto tratado aqui, para o qual eu recebi o convite, para falar um pouco sobre o que a Polícia Rodoviária Federal faz em relação a esse enfrentamento à violência sofrida pelas crianças e adolescentes.

Nós dividimos em quatro eixos: enfrentamento à violência sexual; combate ao trabalho escravo e erradicação do trabalho irregular, que aqui nós estamos falando; busca de crianças e adolescentes desaparecidos; proteção de crianças e adolescentes ameaçados. Como o tempo é curto, e como o convite foi especificamente para falar sobre o mapeamento, essa ação do mapeamento se restringe ao primeiro item, que é o enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes.

Bem, como fazer esse enfrentamento? Essa é a grande dificuldade. Existem várias frentes. Não se consegue fazer enfrentamento apenas com ações repressivas, não somente com o mapeamento, e nós precisamos fazer a sensibilização do policial, despertar um contingente que, efetivamente, é masculino, para que se sensibilize com a situação, ele passe a enxergar as situações em que as nossas crianças estão vulneráveis, porque, até então, elas passam invisíveis. Essa sensibilização, eu vou tratar mais à frente.



Também sensibilização da sociedade civil, e o mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes e ações repressivas. É assim que nós fazemos o enfrentamento.

A sensibilização do policial começa no curso de formação profissional. Tem disciplinas de Direitos Humanos, onde é discutido e é debatido esse tema e onde o policial, inicialmente, recebe essa sensibilização.

Seminários regionais periódicos. Aqui tem a foto. Foi feito em todos os Estados brasileiros. Em alguns outros Estados se repetem.

Também dispomos de um sítio eletrônico, onde o policial pode interagir com outros, para receber, de certa forma, informações e, inclusive, capacitação.

A sensibilização da sociedade. Esse projeto Brinquedotecas traz o profissional do volante, que pode ser um condutor de ônibus, um caminhoneiro, para dentro dessas tendas aqui com brinquedos, para despertar a importância de as crianças terem infância, para sensibilizá-lo de quão importante é que as crianças vivam essa fase da vida. Aí, você sai dessas oficinas com depoimentos, assim, comoventes, porque passa despercebido realmente para as pessoas esse direito, de que a criança talvez não tenha esse direito. Na Caravana Siga Bem Caminhoneiro, que é realizada em todo o Brasil, há palestras também de sensibilização desses profissionais. Agora, falando propriamente do mapeamento. Iniciou-se em 2003, no então Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do dia 18 de maio, foi entregue ao Ministério da Justiça o primeiro relatório. Havia 844 pontos, salvo engano — é isso mesmo. Havia 844 pontos mapeados como sendo de pontos vulneráveis. Abrindo um parêntese aqui: o que nós chamamos de ponto vulnerável na exploração sexual de criança e adolescente? Aqueles pontos em que a combinação de determinados fatores propiciem, no caso, favoreçam a exploração sexual, como a falta de iluminação, a questão da parada reiterada de veículos, a questão da falta da vigilância particular, a questão da venda de bebidas alcólicas, adultos se prostituindo. Então, nós identificamos esses pontos como sendo vulneráveis. Em 2005, houve uma atualização dos dados. Daí, o único... Nós difundimos este relatório não só para o Ministério da Justiça, como para a Secretaria de Direitos Humanos. Nesse ano houve uma repercussão muito grande. Quando esse relatório chegou às mãos da SDH, aí houve uma comoção e passamos, assim,



a dar maior importância a esse relatório, que, no ano de 2007, esse fato gerou essa grande parceria entre a PRF, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Organização Internacional do Trabalho. Por ocasião deste ano, esta pesquisa já foi referenciada. Ou seja, a identificação desses pontos foi, digamos assim, mais precisa.

A importância de ser mais precisa. No ano de 2009-2010 se estabeleceu a criação de indicadores. Com o passar do tempo, esse mapeamento foi sendo aprimorado. Por que os indicadores? Lá você conseguia estabelecer quais eram os pontos críticos, os altos, médios e baixos, ou seja, aqueles que tinham o maior risco, como aqueles que tinham o menor potencial. No ano de 2011-2012, uma nova inovação: nós convidamos os policiais para participarem. O policial da atividade-fim, aquele que está todo dia passando naquele determinado estabelecimento, a dar a sua opinião. E esses pontos aí tiveram essa participação para identificar esses pontos. Está em andamento o de 2013-2014.

Bem, no ano de 2003, eu falei que foram 844 pontos; no ano de 2005, saltaram para 1.222; no ano de 2007, 1.819; em 2009, 1.820; e no de 2011, 1.776. Não é nada para se comemorar. Pelo contrário. E essa redução de 1.766, a gente considera como apenas uma variação de aceitável, que é de 5%. Então, para a gente, não houve redução. No Estado do Amazonas, só fazendo uma referência aqui, tivemos, no de 2007, 8 pontos; no de 2009, 4; e, no de 2011, 20 pontos. Mas por que mapear? Todos os nossos recursos aqui, eu acho que todos, sem exceção, falaram da dificuldade de pessoal de estrutura, de recursos, enfim. Mapear, planejar é um dos principais pontos para você otimizar os seus recursos. Então, a Polícia Rodoviária Federal faz operações, todos os anos, a operação denominada Anjo da Guarda. A gente desencadeia essa operação repressiva para fazer o combate a esses pontos já identificados como sendo certos de exploração sexual de crianças e adolescentes. Também colocamos como obrigação o que a gente chama de cartão programa das viaturas de ronda da PRF, a obrigação de, digamos assim, policiar os locais prováveis de identificação de exploração; ou seja, é a ação preventiva da polícia, antes que a situação evolua.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. BENJAMIN AFFONSO NETO - Temos certeza, a convicção de que todos nós estamos discutindo aqui um assunto muito importante para a sociedade brasileira, porque um terço da nossa população são criança e adolescente, são nossas crianças. Sabemos da importância. Eu abri um parêntese aqui para fazer um histórico da PRF e dizer que essa também não é a única obrigação da PRF de realizar. Como eu falei aqui, nós temos muitas frentes. Somos uma Polícia jovem. Eu fiz questão de mostrar aqui o Decreto 1.655, de 1995, para demonstrar que nós somos uma Polícia que atingiu a maioria agora, mas coloco a PRF aqui, no Estado do Amazonas — e eu tenho certeza que a Diretora-Geral, também em nível nacional — para atuar nessa rede. Desde já me autoconvido para poder participar de todas as reuniões. Estarei à disposição.

Reconhecemos que os desafios são maiores. Isso é apenas a ponta do *iceberg*. Os problemas são gigantescos. A PRF não é diferente das outras instituições. Passamos por restrições orçamentárias. Tivemos um corte recente da ordem de 38 milhões. Passamos por problemas também de efetivo. Realizamos um concurso público agora, há pouco tempo, de mil policiais. A previsão é a de que sejam chamados 1,5 mil para tentar minimizar, mas sabemos que nós não conseguiremos fazer se for a PRF individualmente, se for a Polícia Civil individualmente, o Ministério Público, o Judiciário. Nós temos que agir em rede. E desde já me coloco à disposição dos senhores.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bem, eu só queria lhe perguntar, Dr. Benjamin, quantas crianças foram resgatadas no último ano, se o senhor tem esse dado, aqui, no Estado do Amazonas?

O SR. BENJAMIN AFFONSO NETO - Não, não tenho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor pode levantar esse dado?

O SR. BENJAMIN AFFONSO NETO - Claro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas crianças foram resgatadas nos últimos 5 anos, ano a ano, e se o senhor percebe que haja uma reincidência, ou seja, crianças são resgatadas e depois voltam para a situação de exploração sexual?

O SR. BENJAMIN AFFONSO NETO - O.k.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - No Estado do Amazonas.
(Pausa.)

O senhor quer falar mais alguma coisa?

O SR. BENJAMIN AFFONSO NETO - Não, eu só queria saber, que a senhora repetisse... nos últimos 5 anos?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nos últimos 5 anos, ano a ano. E, depois, o senhor tente ver um levantamento se o senhor tem uma percepção de que parte das crianças resgatadas retorna para..., ou seja, o que acontece com essa criança e com esse adolescente, resgatados pela Polícia Rodoviária Federal?

E queria parabenizar, em nome da CPI, a atuação da Polícia Federal, que é realmente uma grande parceira.

O SR. BENJAMIN AFFONSO NETO - Obrigado. (Palmas.)

O SR. RENATO ALMEIDA SOUTO - Presidenta Erika.

O SR. BENJAMIN AFFONSO NETO - Só um aparte; só para finalizar, por favor. Só um dado aqui. Desde quando nós iniciamos essa campanha, foram 3.251 crianças resgatadas dessa situação de vitimização.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso é no Brasil, não é?

O SR. BENJAMIN AFFONSO NETO - É, no Brasil inteiro. Eu trouxe esse dado aqui só para repassar às pessoas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em 7 anos?

O SR. BENJAMIN AFFONSO NETO - É. E não foram contabilizados os anos de 2003 nem 2004. Mas se fosse apenas uma criança já teria valido a pena.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, claro. Nós temos esse dado. E também temos o dado de que a gente já fez uma audiência pública para ver o mapa nacional, que sempre é lançado e atualizado no dia 18 de maio. E também há a informação de que parte dessas crianças retorna para a situação de exploração sexual.

Eu vou passar para o Dr. Renato, para ele fazer o encaminhamento, rapidamente para a gente poder dar continuidade à audiência.

O SR. RENATO ALMEIDA SOUTO - O encaminhamento, Presidenta, aqui no Amazonas, as linhas fluviais e nos barcos há muitas explorações. Eu gostaria de



encaminhar à Presidenta a convocar os relatórios da Marinha Mercante aqui, do Amazonas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A gente acata o encaminhamento. Vai fazê-lo, porque nós estamos lidando aqui com a Polícia Rodoviária, mas é importante, em função da grande utilização de transportes fluviais, para que nós possamos ter esse dado. Nós vamos pedir à Secretaria da CPI que faça esse encaminhamento.

Eu queria registrar e agradecer a presença da Amanda Ferreira, que é do Instituto de Assistência à Criança e ao Adolescente de Santo Antônio. Cadê a Amanda? (*Pausa.*) É um prazer tê-la aqui; Agradeço também a presença da Florismar Ferreira, que é Coordenadora do MUSA, Movimento de Mulheres Solidárias do Amazonas — é um prazer tê-la aqui —; e da Ana Lúcia Carvalho, que é Coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Eu vou passar agora a palavra para a Sra. Gecilda Albano Peçanha, que é Diretora do Departamento de Proteção Especial e que aqui representa a Sra. Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro, que é Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos da cidade de Manaus. Em seguida, eu vou passar para a Sra. Keula Taíse Girão de Souza Roberto.

A SRA. GECILDA ALBANO PEÇANHA - Boa noite a todos. Neste ato, eu represento a Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Sra. Goreth Garcia do Carmo Ribeiro, e, em nome dela, eu cumprimento todos.

Bem, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos executa a política de proteção básica e a política de proteção social. A temática que nós estamos discutindo é atendida pela Proteção Social Especial, por meio da qual nós temos dois CREAS, que fazem os atendimentos de crianças e adolescentes vitimizados pela violência sexual.

Eu trouxe uma breve estatística dos atendimentos que foram realizados de 2011 até a presente data. Eu quero também fazer a ressalva de que, de 2009 até julho de 2012, Manaus só tinha uma unidade de CREAS. O CREAS de Nossa Senhora das Graças, no ano de 2011, atendeu 428 crianças e adolescentes, vítimas de abuso sexual; de janeiro a dezembro de 2012, atendeu 283 crianças e



adolescentes, também vítimas de abuso sexual; e, de janeiro até agosto de 2013, atendemos 135 crianças e adolescentes, vítimas do abuso sexual.

A quantidade de registros de exploração sexual é em número bem menor. De vítimas de exploração sexual, nós tivemos, de junho a dezembro de 2011, registrados 25 casos atendidos e acompanhados. No ano de 2012, de janeiro a dezembro, nós tivemos 23 casos. E, agora, em 2013, apenas nove casos registrados. No total, o CREAS Nossa Senhora das Graças atendeu 903 crianças e adolescentes, vítimas da violência sexual.

O CREAS da Cidade Nova foi implantado em julho do ano de 2012 e registrou, de julho a dezembro de 2012, um quantitativo de 153 crianças e adolescentes, vítimas de abuso sexual. No ano de 2013, de janeiro a agosto, nós já registramos 217 situações de abuso sexual.

Quanto às vítimas de exploração sexual, o CREAS de Cidade Nova atendeu, de julho a dezembro de 2012, 34 situações de exploração sexual. Em contrapartida, em 2013, já atingimos a média de 40 crianças e adolescentes, vítimas da exploração sexual.

A Delegada falou do Serviço de Acolhimento Institucional. Esse Serviço de Acolhimento Institucional é da estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Direitos Humanos e registrou, no ano de 2011, 28 crianças e adolescentes vítimas que foram retirados do ambiente de violência e acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional. De janeiro a dezembro de 2012, foram atendidas 34 crianças e adolescentes vítimas do abuso sexual e, de janeiro a agosto de 2013, 56 crianças e adolescentes — cresceu. Com a exploração sexual, o Serviço de Acolhimento Institucional acolheu 6 crianças e adolescentes em 2011, 4 crianças e adolescentes no ano de 2012 e, graças a Deus, uma só, de janeiro a agosto de 2013.

Esses números aqui representam, no ano de 2011 e 2012, para o CREAS de Nossa Senhora das Graças, um quantitativo de 6.321 atendimentos destinados à vítima e a seus familiares. O CREAS Cidade Nova realizou 3.108 atendimentos, e o Serviço de Acolhimento Institucional Emergencial para crianças e adolescentes contabiliza um total de 516 atendimentos.



Nós queremos também registrar ou enfatizar — registrar não, porque todos nós aqui estamos falando a mesma coisa — que a responsabilização da situação de violência que acomete a criança e o adolescente não ocorre simultaneamente com o fato. Existem situações que ocorreram no ano de 2009, e até o presente momento não se tem uma definição da situação.

A sustentabilidade da retaguarda é essencial para a efetivação do serviço. E a gente até concorda com a Presidenta da CPI, Deputada Erika Kokay, quando ela disse que tem a sensação da impunidade que provoca a naturalização do que não é natural. E realmente a cadeia precisa ser rompida. Parece que existe toda uma situação, porém essa situação é invisível. Não há um serviço de retaguarda que realmente dê suporte para que essas situações que são detectadas, essas situações que são trabalhadas no CRAS, nos CREAS e nos Serviços de Acolhimento Institucional Emergencial recebam, de fato, todo o apoio e toda a logística necessária.

Parece que a rede da exploração, a rede dos vitimizadores, está mais bem organizada, porque a nossa equipe recebe retaliações dessas pessoas. Essas pessoas ameaçam, essas pessoas vão para a porta do CREAS fazer pressão, para que a família não entre para o atendimento, para que a família não denuncie. Então, essas situações... Podem até perguntar: *“Mas os números que a senhora trouxe não se comparam ou se aproximam daquilo que foi verbalizado hoje à noite”*. A gente sabe que a coisa acontece, porém a grande maioria dessas famílias sofrem retaliações, são pressionadas e acabam por desistir daquilo que elas precisavam para dar apoio e suporte à sua família.

Existe o tripé DEPCA, a Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente, existem os CREAS e existe a rede de saúde através dos SAVVS e dos SAVAS. Nós sabemos o que nós fazemos. Nós temos um propósito. Porém, nós precisamos de retaguarda, para que isso tudo se concretize de uma maneira satisfatória — não para nós, mas para as crianças, para os adolescentes que necessitam desse apoio e desse suporte.

Existe uma deficiência da estrutura em relação à responsabilização. Hoje, nós temos apenas uma Vara, cuja titular é a Dra. Patrícia Chacon, onde existe um



número altíssimo de casos a serem averiguados. E nós temos apenas uma juíza para decidir tudo. É a Vara de Crimes contra Criança e Adolescente.

O CREAS não realiza o tratamento clínico, apenas faz o atendimento psicossocial tanto da criança quanto da família. Nós não somos da responsabilização, nós não somos peritos. E é cobrado para o CREAS o relatório, para que passe a constar como peça dentro do processo.

A Vara tem que ter o número adequado de profissionais, coisa que não tem. Conta apenas com uma assistente social e um psicólogo, utilizando o serviço do CREAS, como se fôssemos parceiros. Temos que trabalhar a função protetiva da família, o empoderamento da vítima e da família, para que se possa interromper esse ciclo de violência.

No Município de Manaus, todo ano, pelo quinto ano consecutivo, nós fizemos o lançamento da Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual. É um trabalho que é sobre-humano, porque nós temos dia para começar, mas nós não temos dia para acabar. E nós trabalhamos 24 horas durante todo o período de carnaval. Nós não temos descanso. E qual é o nosso objetivo? O nosso objetivo justamente é sensibilizar a população, para que ela não fique calada, para que ela denuncie, para que ela lute pelos seus direitos, porque esses direitos estão previstos na lei.

Ainda também, dia 18 de maio, pelo segundo ano consecutivo, nós fazemos a Marcha Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual.

Temos também ações de enfrentamento à exploração sexual, ao turismo sexual e ao tráfico de pessoas envolvendo a criança e o adolescente na Operação de Parintins. Esse ano, 13.011 pessoas foram esclarecidas sobre números de telefones, órgãos a serem procurados, meios de comunicação com a SEMASDH, para que façam a denúncia da violência que a criança e o adolescente estão sofrendo.

Foi criado também pela Secretária Municipal, Dona Goreth Garcia, um *call center* Disque Direitos Humanos 0800 0926644.

Neste ano de 2013, nós também tivemos o CREAS fazendo 310 palestras em escolas, em associações e em outros lugares para os quais foi convidado, palestras sobre a conscientização da exploração sexual que envolve a criança e o



adolescente. Fizemos panfletagem de prevenção e orientação sobre enfrentamento à violência sexual e exploração sexual, comercial e do trabalho infantil. Atingimos 50 mil pessoas. Houve divulgação pela Secretária Municipal nos meios de comunicação, TV, Internet, jornal e rádio. Atingimos uma média de 1 milhão de pessoas no período do carnaval.

Também coordenamos e executamos a Segunda Marcha — da qual já falei — pelo Enfrentamento à Violência Sexual da Criança e do Adolescente nos anos de 2012 e 2013. E nós tivemos uma grande ação pela Operação de Parintins.

Então, eu quero dizer que o Município de Manaus, embora a administração esteja recente, está com o olhar voltado para que a gente possa realmente assegurar a proteção e dar à família o empoderamento que ela necessita, tanto pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social como também pelos CRAS, que estão localizados em todas as zonas geográficas.

Quero também enfatizar que a intenção do Prefeito Artur Virgílio e da Secretária Municipal de Assistência Social é implantar, até o ano de 2014, mais 3 unidades de Centro de Referência Especializado, aumentando com isso o atendimento à criança e ao adolescente vitimizado.

Quero também só ressaltar o que a Conselheira Tutelar falou: que o Conselho Tutelar recebeu os carros apenas simbolicamente. Realmente, Conselheira, foi simbólico, porque a Secretaria Nacional de Direitos Humanos repassou o carro sem ar-condicionado. E a Dona Goreth Garcia assumiu com os senhores que ela iria colocar ar-condicionado em todos os veículos. Então, é por isso que vocês ainda não receberam os carros, mas vocês vão receber o carro inclusive com ar-condicionado.

O Conselho Tutelar recebeu uma Kombi da Secretaria Estadual de Assistência Social. E também a SEMASDH disponibiliza um carro Gol. Então, são uma Kombi e um carro Gol diariamente. Esses carros são abastecidos com 15 litros de combustível e fazem 8 quilômetros por litro. Rodando 120, sendo dois, dá para rodar 240 quilômetros.

O Município passa por um momento difícil, porém isso tudo vai ser sanado, e a gente vai trabalhar com normalidade.

Muito obrigada.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E esses carros vão ser entregues para os Conselheiros quando?

A SRA. GECILDA ALBANO PEÇANHA - Assim que o ar-condicionado... Eles forem entregues na semana passada. Eles estão na oficina para receber o ar-condicionado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Antes de a Presidenta fazer as suas considerações, eu gostaria de perguntar à senhora: a senhora representa a Secretaria de Assistência Social e de Direitos Humanos do Município, certo?

A SRA. GECILDA ALBANO PEÇANHA - Eu estou como Diretora do Departamento de Proteção Social Especial e, nesta audiência, eu estou representando a nossa Secretária.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, eu queria que a senhora pedisse para a Secretária e para o Prefeito — nós vamos fazer esse pedido da CPI — que nós queremos saber o que é feito com os fundos municipais que foram criados e regulamentados. Tem 17 fundos, sendo que o Fundo Municipal tem 8 com contas bancárias. Eu queria saber o que é feito com o investimento dos Fundos Municipais para a Criança e para Adolescente.

A SRA. GECILDA ALBANO PEÇANHA - Pode ter certeza que amanhã a senhora vai receber essa informação. Eu quero dizer também que o Fundo da Criança e do Adolescente, neste momento, ele está recebendo projetos, que é para a gente cofinanciar, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelo qual eu estou como Presidenta atualmente. E estamos, dia 26, divulgando as instituições que serão beneficiadas pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual o orçamento do fundo? A senhora sabe?

A SRA. GECILDA ALBANO PEÇANHA - Neste momento, ele é pouco, ele não é alto. Nós estamos com 360 mil reais do fundo, mais uma doação de 53 mil do Banco Itaú, perfazendo um total de 413 mil. Estão participando... Recebemos 12 projetos. Desses 12 projetos, apenas 9 estão dentro das exigências colocadas pelo Conselho Municipal.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bem, eu queria só realçar e inclusive parabenizar o Governo Federal pela decisão de dotar de infraestrutura os Conselhos Tutelares, inclusive com carros. E faço votos para que a Prefeitura, o mais rapidamente possível, possa adaptá-los para a região, com ar-condicionado, porque o carro vem do Governo Federal. Então, o carro é disponibilizado pelo Governo Federal, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. É disponibilizado para cá. Então, um grande montante de recursos, que é o próprio carro, ele vem do Governo Federal. E você não poder utilizar o carro porque ele não tem o ar-condicionado, que é um investimento mínimo frente ao que representa o carro, é lamentável. Mas seguramente vai estar resolvido, como disse a nossa Diretora.

A SRA. GECILDA ALBANO PEÇANHA - Dentro de 15 dias.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dentro de 15 dias. Portanto, é o compromisso da Secretaria Municipal, que estará entregando o carro para os Conselhos Tutelares. Fica muito difícil trabalhar sem carro no Conselho Tutelar, mas nós temos em vários locais uma sensibilização para reformar sedes, infraestrutura, computadores, carros.

E há um movimento, que é muito interessante, para dotar de corpo técnico os Conselhos Tutelares, ou seja, dotar de assistente social, psicólogos, enfim, para auxiliar os Conselheiros na perspectiva de um atendimento mais individualizado e aprofundado.

Mas eu queria apenas realçar o seguinte: a senhora disse que neste ano de 2013 foram atendidas vítimas de violência sexual. Quantas crianças e quantos adolescentes nos dois CREAS do Amazonas, de Manaus?

A SRA. GECILDA ALBANO PEÇANHA - Nossa Senhora das Graças, de janeiro a agosto, 135 casos de abuso sexual e 9 de exploração sexual. CREA e Cidade Nova, 217... Não, 153, de julho a dezembro de 2012 — em julho o CREA foi implantado. E agora, 217, de janeiro a agosto. Nós temos 34 casos de exploração sexual em 2012 e 40 casos de exploração sexual em 2013.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A que a senhora atribuiu... Veja, é uma diferença muito grande — a senhora já falou sobre isso inclusive: 143



em um dos CREAS, e no outro 258, por volta disso. Ao todo, você tem um número muito pequeno, frente ao número de casos, não é?

A SRA. GECILDA ALBANO PEÇANHA - Justamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque você tem 1.900, que foram ditos aqui pelo Secretário de Segurança, pelo representante do Secretário de Segurança.

A SRA. GECILDA ALBANO PEÇANHA - Sim. Desses casos, Deputada, de 2011 a 2013, nós atendemos a 1.476 situações de abuso sexual e exploração sexual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei, mas eu estou pegando o dado que ele deu, do ano de 2013.

A SRA. GECILDA ALBANO PEÇANHA - É muito, a diferença é gritante.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É uma diferença gritante. É importante ver o que acontece com essas... Por que isso? É óbvio que desses dados, aqui tem alguns casos que são do interior. Mas, mesmo assim, 1.900 para 300 ou 400 significa que 1.500 crianças e adolescentes, *grosso modo*, por volta de 1.500 crianças chegam à delegacia. Portanto, nós não estamos falando de denúncias, de Disque 100, que precisam ser previamente avaliadas. Algumas não se consolidam, mas são processos que chegam à delegacia, são denúncias na delegacia, o que é uma coisa concreta. E nós sabemos que há uma subnotificação; e, mesmo assim, são 1.900 denúncias que chegam, um número grande. São 1.900 denúncias de violação, de violência sexual atingindo crianças e adolescentes, denúncias que chegam, em Manaus. E nós temos por volta de 400, um pouco mais do que isso, talvez. Então, 1.500 crianças que chegam à delegacia, ou seja, que fazem a queixa — portanto, é mais concreto do que qualquer Disque denúncia — ficam sem atendimento.

A SRA. GECILDA ALBANO PEÇANHA - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E nós sabemos, primeiro, que o atendimento exige uma abordagem que não fica só na criança.

A SRA. GECILDA ALBANO PEÇANHA - Isso, envolve a família.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Toda vez que se lida com criança, tem um universo de pessoas que têm vínculos, que precisam ser estabelecidos, fortalecidos.

A SRA. GECILDA ALBANO PEÇANHA - Isso, isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Enfim, isso exige muita coisa. E exige, ao mesmo tempo, um processo de repressão. A gente está só confirmando aqui o que a gente já constatou na CPI: há muita dificuldade de atendimento, por parte do Estado, dessas crianças.

E aí você pereniza a vitimização. É como a menina — eu vou repetir — que nós escutamos no Rio Grande do Norte, que dizia: *“A minha vida acabou, porque eu não sou mais pura e nunca me casarei. Ninguém vai me querer.”* Ela foi vítima de estupro, essa menina. Enfim, é absolutamente grave isso.

Mas eu queria agradecer a sua contribuição e imediatamente passar a palavra para Keula Taíse Girão de Souza Roberto, que é Psicóloga da Delegacia Especializada de Assistência e Proteção à Criança e ao Adolescente da Polícia Civil do Estado do Amazonas — DEAPCA-Amazonas, e aqui representa a Sra. Maria do Socorro Cavalcante, Assistente Social da Delegacia Especializada de Assistência e Proteção à Criança e ao Adolescente da Polícia Civil do Estado do Amazonas.

Eu só gostaria de perguntar, de pronto, à Sra. Keula.

A gente já escutou, de certa forma, a representante da Delegada da Delegacia Especializada e já foram fornecidos aqui os dados sobre o número de delegacias especializadas em funcionamento. Mas, enfim, nós estamos falando de um primeiro atendimento. Já foi constatada aqui a precariedade dele, não pela qualidade — parece-me que há uma boa qualidade de atendimento dos profissionais, profissionais qualificados —, mas do ponto de vista da quantidade de profissionais, inclusive porque nos plantões, pelo que foi dito, nós não temos esse nível de atendimento psicossocial.

Mas nós também sabemos que esse é um atendimento muito direcionado ao inquérito. Esse não é um atendimento que supre a necessidade de um atendimento mais aprofundado e mais a longo prazo. Nós não estamos falando das estruturas das delegacias, mas de psicossociais e delegacias que vão possibilitar um atendimento a essas crianças e adolescentes do ponto de vista da ressignificação



das suas vidas. Há apenas um atendimento que está vinculado à construção do inquérito.

Mas eu gostaria que a senhora nos falasse qual é o nível de encaminhamento dessas crianças e adolescentes para um atendimento no CREAS — ou na área de saúde, enfim, porque o CREAS aciona também a saúde. É um processo integrado. Como os direitos são indivisíveis e são enganchados um ao outro, são inter-relacionados, as políticas que asseguram direitos só são efetivas se forem também enganchadas uma na outra. Nós estamos falando da política de segurança, da delegacia, do psicossocial, que é vinculado ao inquérito, que encaminha as crianças e os adolescentes para o CREAS e que faz o encaminhamento, ou pode vir a fazê-lo, do ponto de vista mais permanente, mais estruturante, para o atendimento na área de saúde.

Enfim, eu gostaria que a senhora pudesse falar sobre isto: primeiro, esse atendimento que está vinculado ao inquérito; e o diálogo desta política do psicossocial das delegacias com as demais políticas, que precisam estar articuladas umas com as outras para poderem ser efetivas.

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Boa noite à Mesa.

Parabenizo a audiência e todos que estão presentes.

Só respondendo a uma pergunta que a Deputada tinha feito para o Dr. Henrique, todos os casos de abuso sexual se transformam em IP, inquérito policial. Todos os casos que chegam à nossa delegacia, de abuso sexual, todos eles são transformados em IP, não tenha dúvida disso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Abuso e violência?

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Isso, tanto os do interior quanto os do Município.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Abuso e exploração?

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Abuso e exploração, violência sexual?

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Todas, todas elas se transformam em IP. E referente ao atendimento psicossocial, quando nós trabalhamos em rede nós fazemos esse encaminhamento para a rede. E quando a



família recebe esse encaminhamento, tem-se a preocupação de que ela vá para esse atendimento, mas na realidade nem sempre acontece isso. E nós não temos esse mapeamento de por que a família não chega a esse atendimento das redes a que foram encaminhadas.

Só que, fazendo visita técnica domiciliar, verificamos que algumas vítimas são ameaçadas, a família tem medo de dar continuidade no processo de apoio ao seu ente querido que foi abusado, com medo de sofrer represálias do seu próprio familiar que foi o causador do abuso daquela criança ou daquele adolescente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, mas e qual é o procedimento? Porque, veja, existe aí um outro crime. A senhora está falando que grande parte não se envolve no atendimento porque sofre ameaça, que é um crime.

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Constrangimento é crime contra criança e adolescente, está previsto no ECA; ameaça é crime contra qualquer pessoa; tortura psicológica, que muitas vezes a pressão para que não se efetive... enfim, a pressão contra o familiar denunciante funciona como uma tortura. Então, se o Estado tem conhecimento disso — a senhora disse *“ora, parte não se envolve no atendimento porque se sente ameaçada”* —, o que o Estado faz frente a isso?

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - O Estado vai até essa vítima, permeia por que ela não foi ao atendimento e novamente encaminha e explica a importância de que aquela família, aquela vítima tenha que ir para o atendimento a que foi encaminhada, tenha que dar continuidade àquele tratamento psicossocial a que foi encaminhada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E isso dá certo? Isso tem provocado uma mudança de comportamento?

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Não tem provocado uma mudança de comportamento, mas nós verificamos que há pelo menos uma ou duas pessoas que sabem da importância desse atendimento e conseguem chegar a esse atendimento. É por isso que aumentam os casos de denúncia na delegacia. À medida que as campanhas acontecem, à medida que as pessoas vão para a mídia, vão falar das suas frustrações, dos seus problemas, dos seus abusos, a delegacia



vai recebendo cada vez mais denúncia. Por isso os casos vão crescendo a cada dia, a cada mês, a cada ano.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, mas eu não perguntei isso. Eu perguntei qual é a postura que a delegacia tem, que a política de segurança pública tem frente ao fato que a senhora relatou, que há uma dificuldade de que esse atendimento possa se proceder pelo Estado, em parte em função de a família se sentir ameaçada.

Cabe ao Estado não dar uma resposta burocrática, mas cabe ao Estado buscar um envolvimento, porque senão você vai estar calcificando ou eternizando a condição de vitimizado, eternizando, eternizando. Então, cabe ao Estado não apenas fazer o encaminhamento, ter uma ação burocrática, que pode até isentar os profissionais de uma responsabilização futura, mas que não tem efeito. Por isso eu perguntei se isso tem efeito. Cabe ao Estado — são algumas experiências que a gente tem visto — buscar um nível de abordagem para que você possa romper o princípio ou a origem do afastamento do atendimento, nos casos de ameaça. Ou seja, proteger, assegurar, enfim, fortalecer. Isso é feito? E como é feito aqui?

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Isso é feito. As vítimas recebem medida protetiva. E quando precisam ser retiradas do seu âmbito familiar e alocadas em abrigo, logo depois que elas estão alocadas em abrigo verificamos no âmbito familiar com quem essa vítima pode ficar, para que não volte ao seio em que estava sendo abusada ou violentada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Existe um plano, aqui, de convivência familiar?

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Senhora?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Há um programa que é um plano nacional de convivência familiar. Quero saber se existe esse plano em nível estadual.

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Não, aqui não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Existe plano, aqui, de enfrentamento à exploração sexual?

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Sim.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Como foi dito pela Dra. Graça. Existe plano de enfrentamento ao trabalho infantil?

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Também temos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Também têm?

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - É o PETI.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - PETI?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - É o PETI.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O PETI é um programa?

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Sim, mas que é encaminhado no PET. Existe um programa que é encaminhado no PETI.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, vocês estão falando de um plano — não é um programa — do Estado.

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Do Município; do Estado não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Estado não tem um plano de enfrentamento ao trabalho infantil?

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nem tem um plano de convivência familiar?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Mas não funciona.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Um plano de convivência familiar... Enfim, a estrutura de abrigo é uma última estrutura, depois que se tentam todas as formas de resgate de convivência de vínculos afetivos.

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Sim, depois que foram permeadas todas as situações daquela criança e não se acha nenhuma forma de que ela seja abrigada em algum lugar, tem que se mandar... A estratégia mais rápida no momento é se colocar no abrigo, até solucionar o caso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas quem faz isso é o CREAS?



A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Não. A demanda para o abrigo? A delegacia. A delegacia tem esse poder.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E a delegacia faz essa investigação, faz abordagem familiar? Tem estrutura para isso?

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Sim, fazemos as visitas técnicas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vocês fazem? Porque a delegacia, pelo que foi dito aqui — corrija-me se eu estiver errada, que eu posso ter entendido mal —, o setor psicossocial só funciona...

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Em horário comercial.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Horário comercial?

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E o que é recaptado durante os plantões, a denúncia que chega durante os plantões?

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Geralmente são agendados para o próximo dia, para que essas vítimas sejam atendidas com a maior rapidez possível.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque aqui foi dito que a estrutura é muito precária, do ponto de vista de quantidade.

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tanto que vocês não têm nem estrutura para atender 24 horas por dia. Até foi dito, aqui, que um dos pleitos seria fortalecer e ter essa estrutura psicossocial...

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - De plantão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... de plantão. E mesmo assim vocês ficam responsáveis para poder fazer a abordagem familiar, detectar se existem vínculos, e tal? Fica sob a responsabilidade da Secretaria de Segurança?

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Fica sob a nossa responsabilidade, para dar continuidade no caso fazer a abordagem familiar, detectar se tem vínculos e tal, fica sob a responsabilidade da Secretaria de Segurança?



A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Fica sob a nossa responsabilidade, para dar continuidade no caso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, vocês que fazem essa função. Não deveria ser do CREAS essa função?

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Deveria ser do CREAS. Mas como há uma necessidade de nós verificarmos a fundo esse caso, detectar essa investigação, nós fazemos também com a ajuda dos próprios investigadores e policiais que estão aí, pra dar uma brevidade, o mais rápido possível, no processo, pra que ele seja resolvido o mais rápido possível.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O CREAS é moroso?

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Não é que o CREAS seja moroso. Tanto o CREAS...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque você falou pra dar uma brevidade maior.

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Pra dar uma celeridade nos processos maiores.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, no CREAS não tem celeridade?

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Tem celeridade, mas como faltam profissionais, nós também faltamos, então, a gente se une pra que a coisa ande mais rápido.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Ela entendeu. Ela quis saber, quando o caso vai pra lá, como é que a gente dá o encaminhamento também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É o CREAS que faz esse levantamento de estrutura, de vínculos e tal.

Então, a Secretaria de Segurança encaminha ao CREAS, que aciona o conjunto das outras políticas, política de saúde, quando for o caso, tal, tal, tal.

Só para fazer esse entendimento.

A senhora quer falar mais alguma coisa?



A SRA. KEULA TAÍSE GIRÃO DE SOUZA ROBERTO - Não. Estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

Muito obrigada.

Tem mais duas pessoas para fazer uso da palavra.

Nós vamos deixar para o final o Sr. Renato, mas antes do Sr. Renato nós vamos, então, chamar a Sra. Eliana Hayden, que é Coordenadora do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, PAIR, da Secretaria Municipal de Educação de Manaus.

O PAIR é da Secretaria de Educação? Porque aqui está Coordenadora do PAIR, da Secretaria Municipal de Educação. Pode ser que tenha um equívoco.

A senhora está com a palavra.

A SRA. ELIANA HAYDEN - Boa noite a todas e a todos.

Eu vou explicar. O PAIR é do Município, é um programa de prevenção e enfrentamento das violências no Município, mas a Secretaria Municipal de educação também tem essa ação, que é o eixo da prevenção.

Então, neste momento aqui, nós estamos representando a Secretaria Municipal de Educação, apesar de que já fizemos parte do PAIR, desde 2003, desde a sua implantação, e a gente tem uma noção geral de todo esse fenômeno da violência aqui no Município do Manaus.

Desde a época da implantação, nós temos tido muita dificuldade nessa prevenção e enfrentamento da exploração sexual. É uma violência velada. Muitas vezes, as meninas e as suas próprias famílias não conseguem se ver sendo exploradas. A dificuldade é muito grande para trabalhar, porque nós não temos retaguarda, políticas públicas eficazes para esse enfrentamento.

Na Secretaria Municipal de Educação, nós temos 170 alunos aproximadamente, da creche ao 9º ano do ensino fundamental. Então, o nosso trabalho é muito de prevenção. Nós temos o tema Orientação Sexual, que é trabalhado nas escolas, que dá toda a orientação da prevenção e também as formas de identificação.



A Secretaria tem capacitado os professores e tem uma equipe técnica que trabalha diretamente nas escolas. Talvez seja por isso que a demanda da violência apareça muito, porque nós estamos continuamente fazendo o trabalho nas escolas.

A outra situação é que nós temos alguns programas, como a Promoção da Cultura de Paz e Prevenção das Violências, nós temos o combate ao *bullying* e a Saúde do Escolar. A educação também identifica as violações de direitos humanos praticados contra crianças e adolescentes nas escolas. Isso é muito significativo. Agora, de fevereiro a agosto, nós tivemos 52 casos de violência sexual identificados pela escola.

De exploração sexual, é um pouco difícil, porque, quando a gente identifica, para fazer os encaminhamentos, as meninas evadem, elas vão embora. A exploração sexual é muito sedutora. A educação tem dificuldade para trabalhar com a exploração sexual. A educação não é sedutora. Ela é uma educação igual para todos os que estão na escola, não se faz diferença e fica difícil. As meninas e os meninos perdem o encanto pela escola.

As campanhas de prevenção e enfrentamento aconteceram no carnaval desde 2005. Elas começaram em 2005, quando começou no Nacional. Isso vem dando muito resultado, como já foi falado aqui.

A outra situação é o 18 de Maio, em que a gente trabalha o mês todo, com palestras, com caminhadas, com a efetivação do Tema Transversal, Orientação Sexual na escola. As meninas, as crianças conseguem agora identificar as violências a que são acometidas, que são praticadas contra elas.

Quando elas revelam na escola, a escola faz todo o encaminhamento para todas as instituições, principalmente para a delegacia. Muitas vezes, a gente encaminha para o CREAS ou para o Conselho Tutelar. Há uma dificuldade enorme com o Conselho Tutelar. A escola reclama muito que não tem o retorno do Conselho Tutelar. A gente ainda não conseguiu, com essa equipe atual, identificar quais as dificuldades que eles têm para resolver essas situações. Por quê? A notificação é o Conselho Tutelar, que não responde, não vai à escola. Quando o diretor vai à escola fazer a notificação, demora muito para ser atendido. Essa situação que a gente vivencia com o Conselho é muito séria.



A outra situação é que, quando chega, por exemplo, no CREAS, as meninas, as famílias retornam, porque os profissionais não estão continuamente lá. Então, ela vai uma vez, vai a segunda vez, depois ela não retorna mais.

Na delegacia, se for no horário noturno, faz-se a notificação, o boletim de ocorrência e volta-se para fazer a escuta pela manhã. Então, eles não retornam.

Nós temos identificado todas essas situações. A retaguarda, que é uma política pública que deveria ser uma política de proteção, de prevenção, de enfrentamento, na maioria das vezes, é pontual, não é contínua. A educação trabalha essa questão continuamente, mas as outras políticas públicas não acontecem de forma contínua, mas a gente precisa de uma continuidade para enfrentar essa questão da violência aqui no nosso Município.

Como a gente tem andado em vários Municípios, em várias cidades do interior, a gente identifica muita situação de exploração sexual, mas não temos serviços apropriados para fazer esse atendimento. Inclusive, quando se fala aqui da questão do Conselho Tutelar, no interior, é muito precário, é muito precário mesmo. Não tem barco para ir à comunidade, não tem carro, a Prefeitura não faz a manutenção dos conselhos tutelares. Para vocês terem ideia, às vezes, não há sequer papel higiênico nem cadeira para os familiares se sentarem e esperar. Então, não dá para a gente enfrentar a exploração sexual de uma forma pontual. Ela tem que ser contínua, tem que ser uma política séria, tem que ter profissionais comprometidos com a causa, com responsabilidade, preparados. Não pode ser profissionais que, mudou a gestão, eles mudam, porque o trabalho é quebrado. Isso não pode acontecer nem com o abuso, com a violência sexual de modo geral.

A gente vem continuamente falando sobre isso. Muitas vezes, somos até reprimidos por conta de toda essa situação que a gente fala, porque ninguém aguenta mais ver tanta criança sofrendo e não haver um trabalho, não haver a parte curativa. Ela não é algo contínuo, rotineiro. Para a criança, tem que haver algo contínuo e rotineiro, senão ela vai e não volta mais. As famílias dessas crianças são muito precárias, empobrecidas. Elas não têm condição de sair da Zona Leste para ir ao CREAS da Nossa Senhora das Graças para fazer o atendimento, porque às vezes elas não têm dinheiro. Aí elas ligam para a gente pedindo dinheiro para ir,



para pagar a passagem. Então, são situações bem graves que a gente enfrenta no dia a dia. Este momento da CPI é muito importante.

Se a gente fala aqui, daqui a pouco, lá fora, nós sofreremos retaliações, como já foi dito aqui. A gente precisa realmente falar a verdade. O que está acontecendo? Eu preciso falar a verdade, eu preciso dizer onde dói, eu preciso curar essa ferida. Não dá para fazer de conta, não dá para fazer serviço pontual, atividade pontual.

Quando a gente fala, por exemplo, das campanhas. As campanhas, elas têm um resultado muito grande, mas, quando vem essa demanda, que serviços existem para atender essa demanda toda? Que serviços apropriados existem para atender toda a demanda? É por isso que a delegacia tem um número e o CREAS tem outro. Por quê? Porque a demanda é muito grande e os serviços são insignificantes, porque nós temos uma população muito grande, uma população enorme para uma delegacia, para duas assistentes sociais, para duas psicólogas. Nós temos dois CREAS para atender uma imensidão de crianças e adolescentes.

Então, eu acho que é mais ou menos isso, porque muita gente já falou aqui tudo. Tudo não. A gente sabe que existe muito mais coisas. Nós fizemos avaliação do PAIR. Até 2011, ele teve atividade contínua. Nós nos reuníamos, fazíamos todas as demandas e dávamos os encaminhamentos. Agora, depois de 2011, não houve mais as reuniões, não aconteceram mais os encaminhamentos.

A gente percebe que só três instituições estão trabalhando de forma integrada: a polícia, a assistência e a saúde. As demais instituições parece que não fazem mais parte da rede de proteção. Então, precisamos retomar esse trabalho. Eu sei que o PAIR está sendo avaliado aqui e espero que, a partir dessa avaliação, a gente possa realmente voltar ao trabalho de rede que tínhamos antes.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada. Nós temos ainda inscrito o Renato Souto, conselheiro, representando neste ato o Movimento Nacional dos Direitos Humanos da Região Norte. Aliás, nós aproveitamos o momento para agradecer ao Renato a acolhida que tem nos proporcionado nessas atividades e diligências da CPI aqui no Estado do Amazonas. Eu vou lhe passar a palavra e vou perguntar, antes disso, se alguém que está aqui deseja fazer uso da palavra. (*Pausa.*)



Nós vamos limitar o tempo em 3 minutos. Alguém mais além da senhora? (*Pausa.*). Como a senhora se chama? Como é seu nome? (*Pausa.*) Amanda. Então, está inscrita a Amanda. Vou passar para o Renato. A Amanda pode ir fazendo uso da palavra, pode se dirigir à tribuna. Nós vamos controlar o tempo em 3 minutos, como eu tinha dito no início. Vamos passar para o Renato, em seguida para a Amanda e vamos estar concluindo esta audiência pública.

A SRA. AMANDA CRISTINA GOMES FERREIRA - Boa noite a todos. Eu sei que todo mundo já quer ir embora, mas não dava para eu ficar aqui até as 11 horas sem falar sobre isso.

Eu acompanho as meninas do caso Amazon Santana, que é um caso em que houve a primeira denúncia em 2007. Eu queria relatar como as meninas do interior são atendidas. Aí acho que justifica tudo aquilo que não foi respondido até agora. As meninas desse caso estavam num barco pesqueiro, que era um barco de um americano em parceria com um brasileiro. Eles faziam um turismo de pesca envolvendo as meninas da área ribeirinha. As meninas eram colocadas dentro desse barco. Eram chamadas para esse barco, como uma forma de sedução, pelo guia de turismo ou pelo tradutor, como preferirem, e, quando estavam dentro do barco, eram abusadas, exploradas de todas as formas possíveis e inimagináveis.

Um grupo de meninas resolveu denunciar. Quando elas fizeram a denúncia, senhores, o que aconteceu com essas meninas é que elas foram expulsas da cidade, presas, porque o Conselho Tutelar mandou prender as meninas na cidade, elas se tornaram a vergonha dessa cidade e tiveram que vir para Manaus, onde ficaram foragidas de bairro em bairro porque iam ser mortas pelos proprietários da agência de turismo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual era o nome da agência de turismo?

A SRA. AMANDA CRISTINA GOMES FERREIRA - O nome do barco é Amazon Santana. A agência era do mesmo proprietário.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Nós ouvimos na CPI.

A SRA. AMANDA CRISTINA GOMES FERREIRA - Nesse caso, essas meninas...



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tinha um Vereador até que também denunciou, mas depois voltou atrás.

A SRA. AMANDA CRISTINA GOMES FERREIRA - Na verdade, tem que se aprofundar no caso, acompanhar as meninas de fato.

Essas meninas vieram para Manaus, fugiram de bairro em bairro e sozinhas. Havia meninas de 12 anos, 13 anos, 16 anos, 17 anos. A infância foi roubada naquele momento, a adolescência foi roubada, e o futuro acabado. As meninas não têm futuro. Hoje são meninas com 17 anos, 18 anos, porque se passaram 6 anos. Essas meninas nunca receberam um atendimento psicológico, um acompanhamento de CRAS, nem de CREAS, nem de ninguém.

No ano passado, o EQUIPAT Brasil solicitou à instituição em que eu estou que fizesse o acompanhamento dessas meninas. Esse relato que passo para os senhores hoje é o que encontrei depois desses 5 anos em que essas meninas sofreram esses abusos e fizeram essa denúncia.

Agora as meninas dizem para a gente que era melhor estarem sendo exploradas, porque, no momento em que estavam sendo exploradas, elas recebiam 50 reais, 100 reais, o peixe que era pescado e agora tiveram de sair das suas casas, sair da sua cidade, vir morar aqui em Manaus e viver de uma forma precária. Algumas delas morando em casas de lona, outras vivendo de favor na casa de alguém. Havia momentos em que se agrupavam, momentos em que tinham que cometer furtos, porque eram adolescentes e estavam sozinhas aqui nesta Capital sem nenhum acompanhamento.

Então, é dessa forma que as meninas do interior, quando resolvem denunciar, são tratadas. Espero sinceramente que esse mundo que foi colocado aqui nesta sessão plenária, esse mundo da Alice, chegue até as meninas do interior um dia. Eu espero sinceramente, mas, hoje, as meninas que estão no interior e fazem as denúncias são excluídas totalmente da sociedade. Na verdade, nunca fizeram parte e não vão fazer também. Nós temos hoje um processo que se arrasta por esses 7 anos, e ninguém foi julgado. Nos Estados Unidos, a gente consegue avançar com o processo, mas aqui em Manaus o processo não avança. Provas são perdidas, provas são furtadas, provas desaparecem e o processo não anda.



Então, espero sinceramente que essa CPI penalize, porque precisamos que pessoas sejam penalizadas para servir de exemplo para outras, para que as crianças desse Estado sejam realmente sujeitos de direitos, de fato.

Acabou meu tempo já faz hora, mas não dava para eu ficar calada diante de tudo que eu ouvi aqui.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual foi o Município em que isso aconteceu?

A SRA. AMANDA CRISTINA GOMES FERREIRA - Em Autazes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Autazes?

A SRA. AMANDA CRISTINA GOMES FERREIRA - Município de Autazes. Para mim, este é um turismo de pesca, esta prática não é isolada, e hoje não há fiscalização nenhuma nesta área. Isso só é um fato, o turismo de pesca. Existem outros no Amazonas, nesses braços de rio enorme, em que não há fiscalização nenhuma.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora, então, está afirmando que continua essa prática de turismo sexual envolvendo adolescentes?

A SRA. AMANDA CRISTINA GOMES FERREIRA - Com certeza, com certeza.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E não houve nenhum...

A SRA. AMANDA CRISTINA GOMES FERREIRA - Não há nenhum...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas meninas foram...

A SRA. AMANDA CRISTINA GOMES FERREIRA - Naquele momento, foram oito meninas. Estão arroladas no processo quatro meninas, porque foram as únicas que continuaram denunciando os agressores. Essas quatro meninas hoje... Nós temos hoje, depois desse tempo todo, muita dificuldade para acompanhar, porque elas têm uma vida totalmente destruída pelo acontecido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, eu vou pedir a senhora, Dona Amanda, que possa procurar o Secretário da CPI, o Sr. Francisco, porque a gente já chamou algumas pessoas relativas a este caso para colher depoimentos na CPI. Aliás, foi este caso que deu origem à própria CPI. Foi este caso concreto das meninas que a senhora está relatando que deu origem a esta



CPI. Eu queria que a senhora passasse, se pudesse, o número do processo ou o nome das meninas, para que a gente continuasse a investigação deste caso. De qualquer forma, nós vamos também, como vamos estar amanhã com o Presidente do Tribunal de Justiça, cobrar agilidade no desenvolvimento deste processo.

A SRA. AMANDA CRISTINA GOMES FERREIRA - Sim, este processo está na 4ª Vara Federal e parado desde 2010, quando a Polícia Federal apresentou toda a documentação e o inquérito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Nós vamos falar sobre isso amanhã. Parabenizo a senhora pela lembrança e pela luta.

Bom, eu queria dizer que (*Palmas.*) nós estamos chegando ao final desta audiência pública, nós amanhã vamos ter algumas reuniões com o Delegado da Polícia Civil e com o Superintendente da Polícia Federal sobre algumas operações que aconteceram aqui no Estado, Operação Estocolmo, aqui de Manaus, de São Gabriel da Cachoeira, também esta operação que deu origem à própria CPI.

Nós estamos no aguardo de que os representantes do poder público que se comprometeram de encaminhar os dados possam fazê-lo. Alguns se comprometeram de fornecer os dados ainda amanhã, outros vão remeter para a CPI, para que possamos fazer um diagnóstico mais preciso e mais exato.

Nós temos uma avaliação muito drástica da situação da violência sexual aqui no Estado do Amazonas e esperamos que haja ações no sentido de fazer este enfrentamento para que possamos, enfim, varrer o nosso País desta forma de violação de direitos que envolve um feixe de discriminações e expressa um feixe de desigualdades.

Não havendo mais nada a tratar nesta audiência pública, reafirmando as nossas agendas para o dia de amanhã pela manhã, agradeço a todas e todos e coloco a CPI absolutamente à disposição de qualquer denúncia ou contribuição que qualquer pessoa possa sentir que é útil para o desenvolvimento dos nossos trabalhos.

Reafirmo a nossa decisão de continuar neste processo de investigação até que possamos dar uma resposta à sociedade. Agradeço, mais uma vez, ao Presidente desta Assembleia Legislativa, o Deputado Josué Neto, que nos



possibilitou a infraestrutura para o desenvolvimento dos nossos trabalhos nesta Casa.

Agradeço aos Deputados que aqui ainda se encontram, em particular ao Deputado Luiz Castro, que nos possibilitou estar aqui hoje para promover essa discussão e compartilhar das angústias, das esperanças e da luta, obviamente, nesta tarde de hoje.

Agradeço aos Deputados José Ricardo e Abdala, que estão aqui conosco e heroicamente permaneceram até o final, e à Deputada Conceição Sampaio, que foi a nossa anfitriã nesta audiência, representando o Deputado Josué Neto.

Mais uma vez, agradeço também ao Renato, ao Deputado Sidney, outro combatente que está conosco até este momento. Mais uma vez, agradeço pela acolhida e pelas contribuições do nosso representante do Movimento de Defesa dos Direitos Humanos em nível nacional.

Agradeço à equipe da CPI, que tem nos acompanhado, que veio de Brasília e que tem sido absolutamente guerreira no acompanhamento dos registros desta CPI e na organização dos nossos trabalhos. Também agradeço a nossa permanente assessora da CPI Maristela.

Agradecendo a todos e todas, declaro encerrada a presente audiência.
(Palmas.)